

Márcio Giani Rosa de Matos

**REDES SOCIAIS E A POLÍCIA COMUNITÁRIA:
ESTUDO DE CASO DOS CONSEGS DO VALE DO
ARARANGUÁ**

Monografia submetida ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Vieira de Souza

Araranguá
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Matos, Márcio Giani Rosa de
Redes Sociais e a Polícia Comunitária:
estudo de caso dos CONSEGs do Vale do Araranguá
/ Márcio Giani Rosa de Matos; orientador,
Marcio Vieira de Souza - Araranguá, SC, 2015.
112 p.

Monografia (especialização) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá.
Curso de Pós Graduação de Tecnologias da
Informação e Comunicação aplicadas à Segurança
Pública e Direitos Humanos.

Inclui referências

1. Tecnologias da Informação e Comunicação.
3. Segurança Pública. 4. Direito Humanos. 5.
Redes Sociais. 6. Polícia Comunitária. I.
Souza, Marcio Vieira de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Pós Graduação de
Tecnologias da Informação e Comunicação
aplicadas à Segurança Pública e Direitos
Humanos. III. Título.

Márcio Giani Rosa de Matos

REDES SOCIAIS E A POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO DOS CONSEGS DO VALE DO ARARANGUÁ

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de “Especialista”, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Araranguá, x de junho de 2015.

Prof. xxx, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Universidade xxxxxx

Dedico este trabalho à minha esposa e
filhas e aos meus colegas de farda.

AGRADECIMENTOS

Não posso me furtar de agradecer as pessoas que foram indispensáveis à obtenção de mais uma conquista acadêmica, que nos rutila novos conhecimentos e nos transforma com as mudanças que dela são oriundas.

Em especial, agradecer minha família, minha esposa Janaína e minhas filhas Maria Eduarda e Laura, pelo tempo que abdicaram da companhia do esposo e pai enquanto me dedicava às pesquisas e estudos necessários.

Agradeço meu orientador Professor Dr. Marcio Vieira de Souza que sempre se mostrou solícito e motivador, atendendo prontamente aos meus chamados, dando toda atenção a esta pesquisa e favorecendo meu crescimento intelectual e cultural.

Agradeço aos policiais militares: Cabo Oliveira, Cabo Alessandro, Cabo Moisés, Soldado Elienar, Soldado Dos Santos e Soldado Franciane que me auxiliaram nas pesquisas aplicando os questionários e ao Cabo Rogério que sempre estava disponível para debater alguma dúvida ou curiosidade.

E respeitosamente agradeço meus comandantes: Coronel Antônio, Major Dimitri, Major Maike e Capitão Cichella; por terem permitido a realização das pesquisas, bem como a colaboração dos policiais sob seus comandados, e ainda pelo apoio e compreensão que me dedicaram.

“O homem chega à sua maturidade quando encara a vida com a mesma seriedade que uma criança encara uma brincadeira.”

(Friederich Nietzsche)

RESUMO

O movimento democrático brasileiro que culminou na Constituição Federal de 1988, exigiu nova postura das polícias brasileiras. A Filosofia de Polícia Comunitária surgiu como alternativa a modelos de polícia falidos, que não facultavam a participação popular e demostram-se incapazes de lidar com o crescente problema do crime e da violência. Atualmente o contato entre as polícias e as comunidades tem como meio os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). Compostos por policiais e lideranças de cada comunidade os CONSEGs analisam os problemas de segurança através das causas, indo além dos sintomas. Contudo, estão cada vez mais vazios e sem representação. O presente estudo de caso traçou um perfil dos CONSEGs e conselheiros do Vale do Araranguá, cruzando com o perfil das pessoas que ali vivem. Constatou-se que, embora, os CONSEGs constituam uma rede social, eles não se valem das redes sociais digitais para divulgarem suas ações e difundirem sua filosofia. A análise dos dados levou a algumas considerações, todas no sentido de que os CONSEGs encontrariam novo fôlego transferido parte de suas ações e reuniões para o meio digital, principalmente porque cooptaria mais conselheiros e otimizaria o fluxo de informação entre os participantes.

Palavras-chave: Segurança Pública; Filosofia de Polícia Comunitária; Redes Sociais Digitais.

ABSTRACT

The Brazilian Democratic Movement that led to the Federal Constitution of 1988 demanded a new behavior from Brazilian Policies. The Philosophy of Community Policing appeared as an alternative to the old and failed Politics models that didn't use to allow popular participation and proved to be incapable to deal with the increasing crime and violence scenario. Nowadays the interaction between the policies and the communities is made through Community Security Council (CONSEGs). Composed of police officers and leaders of each community the CONSEG analyze security problems through their causes, looking beyond the symptoms. However, they are increasingly running out of members and without representation. This study case outlined a profile of CONSEG and its counselors from Vale do Araranguá, crossing the profile of the people who live there. It was found that, although the CONSEG constitute a social network, they do not make use of digital social networking to publicize their actions and to spread their philosophy. The data analysis led to some considerations, all of them suggesting that the CONSEG would catch its breath if part of its actions and meeting were transferred to a cyber space, mainly because it would capture more advisers and would optimize the information flow among the participants.

Key-words: Public Safety; Philosophy of Community Policing ; Digital Social Networks .

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Tempo de permanência no Facebook | 25 |
| Figura 2 – Tipologia das Redes segundo Paul Baran | 65 |
| Figura 3 – Conselheiros por faixa etária | 82 |
| Figura 4 – Conselheiros por grau de instrução | 83 |
| Figura 5 – Conselheiros por locais onde acessam a internet | 83 |
| Figura 6 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos conselheiros | 84 |
| Figura 7 – Diretores das escolas por faixa etária | 85 |
| Figura 8 – Percentual dos diretores conhecedores dos CONSEGs e Polícia Comunitária | 85 |
| Figura 9 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos diretores | 86 |
| Figura 10 – Percentual dos professores conhecedores dos CONSEGs por faixa etária | 87 |
| Figura 11 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos diretores por faixa etária | 87 |
| Figura 12 – Trabalhadores do comércio por faixa etária | 88 |
| Figura 13 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGs e Polícia Comunitária | 89 |
| Figura 14 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio | 89 |
| Figura 15 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGs por sexo | 90 |
| Figura 16 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por sexo | 90 |
| Figura 17 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio por sexo | 91 |
| Figura 18 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária | 91 |
| Figura 19 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGs por faixa etária | 92 |
| Figura 20 – Percentual dos trabalhadores do comércio que participam de redes sociais digitais por faixa etária | 92 |
| Figura 21 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio por faixa etária | 93 |

| | |
|--|-----|
| Figura 22 – Pedestres por faixa etária | 94 |
| Figura 23 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres | 95 |
| Figura 24 – Percentual dos pedestres conhecedores dos CONSEGs por sexo | 95 |
| Figura 25 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres por sexo | 96 |
| Figura 26 – Percentual dos pedestres conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária | 96 |
| Figura 27 – Percentual dos pedestres conhecedores dos CONSEGs por faixa etária | 97 |
| Figura 28 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres por faixa etária | 98 |
| Figura 29 – Conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária agrupados por faixa etária | 99 |
| Figura 30 – Não conselheiros conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e conselheiros agrupados por faixa etária | 100 |
| Figura 31 – Comparativo do percentual dos usuários de redes sociais digitais e conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária | 101 |
| Figura 32 – Não conselheiros conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária / CONSEGs e conselheiros agrupados por sexo | 102 |
| Figura 33 – Comparativo do percentual dos usuários de redes sociais digitais e conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por sexo | 103 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Conceitos consagrados de Polícia Comunitária | 45 |
| Quadro 2 – O que é e o que não é policiamento comunitário | 46 |
| Quadro 3 – Dificuldades dos CONSEGs e Medidas Complementares Sanadoras | 60 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CLIC's – Conselhos de Lideranças Comunitárias

CMC – Comunicação Mediada pelo Computador

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IM – Internet Móvel.

GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

MOOCs – Massive Open Online Course (Curso Online Aberto e Massivo)

PM – Polícia Militar

PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina

PNSP – Plano Nacional de Segurança

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RSIs – As redes sociais na internet

SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública

TICs – Tecnologias da informação e comunicação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 23 |
| METODOLOGIA | 29 |
| 1. A POLÍCIA NO TEMPO | 31 |
| 1.1 GÊNESE..... | 31 |
| 1.2 IDEOLOGIAS E MODELOS DE POLICIA..... | 35 |
| 1.2.1 Ideologias de Polícia | 35 |
| 1.2.1.1 Ideologia Militarista: | 35 |
| 1.2.1.2 Ideologia de Controle Social: | 35 |
| 1.2.1.3 Ideologia Reativa:..... | 36 |
| 1.2.1.4 Ideologia Preventiva: | 36 |
| 1.2.2 Modelos de Polícia | 36 |
| 1.2.2.1 Modelo anglo-saxão de polícia: | 37 |
| 1.2.2.2 Modelo Militar Francês (Maréchaussée)..... | 39 |
| 1.2.2.3 Modelo Português..... | 41 |
| 1.2.2.4 Modelo Oriental | 42 |
| 1.2.3 A Polícia Brasileira | 43 |
| 2 POLÍCIA COMUNITÁRIA | 45 |
| 2.1 O CRIME E A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE ATUAL | 48 |
| 2.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNDO: | 52 |
| 2.2.1 Japão | 52 |
| 2.2.2 O Canadá..... | 54 |
| 2.3 POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL | 55 |
| 2.3.1 Polícia Comunitária em Santa Catarina..... | 57 |
| 2.4 OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA..... | 59 |
| 3 REDES SOCIAIS | 63 |
| 3.1 REDES SOCIAIS NA GESTÃO PÚBLICA. | 66 |

| | | |
|---------------|--|-----|
| 3.1.1. | Educação | 67 |
| 3.1.2. | Segurança | 68 |
| 3.2 | REDES SOCIAIS DIGITAIS | 69 |
| 3.2.1 | Sites e aplicativos de redes sociais digitais | 73 |
| 3.2.1.1 | Facebook..... | 73 |
| 3.2.1.2 | Instagram | 74 |
| 3.2.1.3 | Twitter | 75 |
| 3.2.1.4 | WhatsApp | 76 |
| 4 | OS CONSEGS DO VALE DO ARARANGUÁ | 79 |
| 4.1 | PERFIL DOS CONSELHEIROS | 82 |
| 4.2 | PERFIL DOS DIRETORES DAS ESCOLAS | 84 |
| 4.3 | PERFIL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO | 88 |
| 4.4 | PERFIL DOS PEDESTRES | 93 |
| 4.5 | ANÁLISE DOS DADOS | 98 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| | TRABALHOS FUTUROS | 113 |

INTRODUÇÃO

Convido a leitura do primeiro artigo da Constituição Brasileira de 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

[...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Através da Carta Magna pode-se facilmente identificar que o Brasil é um país democrático, no qual o poder é do povo exercido através da representação ou diretamente.

O exercício do poder pela representação está muito bem consolidado, as eleições brasileiras municipais, estaduais ou federais, são verdadeiros atos democráticos, nas quais a vontade do povo é soberana. Contudo a grande limitação imposta à participação democrática repousa sobre a participação direta nas questões do Estado.

No que tange a segurança pública a participação segundo Carvalho e Silva (2011) e fator essencial para a obtenção de resultados eficazes:

Sem articulação entre polícias, prisões e judiciário, inclusive sem o envolvimento da sociedade organizada, não existe eficácia e eficiência nas ações de controle da criminalidade e da violência e nas de promoção da pacificação social. (CARVALHO; SILVA, 2011)

Dentre as inúmeras causas, que restringem a participação direta do povo nos assuntos do Estado, por uma questão de limitação de tempo e linhas imposta a pesquisa, destaca-se as limitações físicas impostas aos processos de participação e propõem-se a utilização das redes sociais e outras ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação como

sanadoras dessas restrições, na medida em que diminuem as distâncias físicas, permitindo que ideias e opiniões viagem na velocidade da luz por entre cabos de fibra ótica.

Desde sua implementação no ano 2000, do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) que é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança do Brasil, seguido no ano de 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), as instituições do sistema de segurança buscam a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas a segurança, pois sabem que:

A participação da sociedade por meio de suas instituições representativas torna-se crucial para o delineamento de qualquer política pública. A complexidade da questão implica na necessidade de efetiva participação social, como forma de democratizar o aparelho estatal no sentido de garantia de uma segurança cidadã. (CARVALHO; SILVA 2011)

Em Santa Catarina, bem como, em diversos outros Estados do Brasil, no encaço da participação da sociedade nos problemas de segurança, e motivados por incentivos da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), vem sendo paulatinamente implementada a Filosofia de Polícia Comunitária, na qual segundo Fernandes (2011) tem como pilares centrais a solução dos problemas sociais com a participação da comunidade e também em efetivar a prevenção criminal.

[...]desde o seu início a Polícia Comunitária no Brasil tem como ponto de partida o trabalho conjunto das instituições estatais com a população, ou seja, identificando, priorizando e resolvendo juntos os problemas relacionados à segurança pública. (FERNANDES, 2011, p. 72)

O principal instrumento utilizado para viabilizar a participação da sociedade nos assuntos relativos à sua segurança são os CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança). Tais conselhos são constituídos com lideranças da comunidade e incentivam a participação de todos em reuniões mensais abertas e, até mesmo, itinerantes, permitindo a participação de pessoas que residem em localidades distantes da área central.

Contudo, a participação efetiva da população é muito tímida e a falência desses conselhos e sua extinção são cíclicas. Ou seja, os órgãos de segurança motivam a sociedade criam os CONSEGS, eles nascem atuantes e participativos e aos poucos vão perdendo as forças e desfalecem. Os motivos desde ciclo de vida e morte, e não participação nas reuniões dos conselhos, podem ser diversos, entre eles Fernandes (2011) destaca:

Quando questionados por que não participavam das reuniões do Conseg, foi quase unânime a resposta de que eles não têm tempo, são muito ocupados, que trabalham o dia inteiro; tem de cuidar dos filhos, da casa, dos estudos. Houve poucos que responderam que têm receio de participar, que moram em locais em que não “pegaria” muito bem estar discutindo sobre a violência. (FERNANDES, 2011, p. 110)

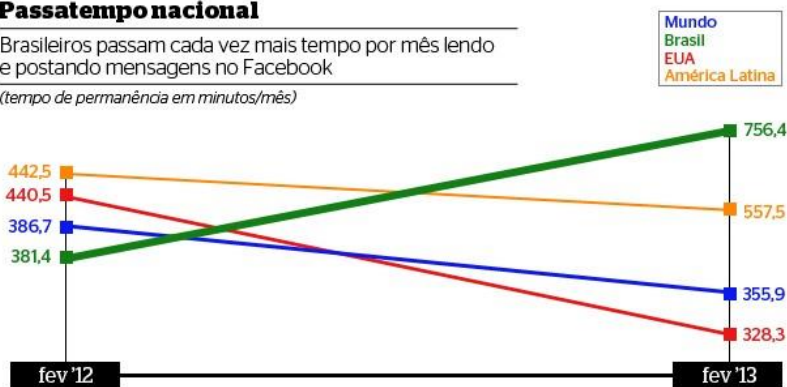
Na contra mão desta “falta de tempo” tem-se a evolução do Facebook que, segundo o Blog do Estadão chegou a 1,35 bilhão de usuários no mundo, em outubro de 2014, sendo que no Brasil já são 61,2 milhões (noticias.bol). Embora os brasileiros não sejam a maioria dos usuários do facebook no mundo, quando o assunto é tempo de uso da rede eles são os grandes campeões desde fevereiro de 2013.

Figura 1 – Tempo de permanência no Facebook.

Passatempo nacional

Brasileiros passam cada vez mais tempo por mês lendo e postando mensagens no Facebook

(tempo de permanência em minutos/mês)



Fonte: Revista Época Online (2013)

Em um ano a média de tempo de uso da rede social pelos brasileiros elevou-se de 6h21min (381,4 min) por mês, para 12h46min (756,4 min) por mês, ou seja, dobrou de tamanho e ganhou a primeira colocação mundial em tempo de uso do Facebook, deixando os Nortes Americanos, país onde a rede social foi criada com menos da metade do tempo.

O ponto crucial, no qual se deseja chegar, é se a falta de tempo levanta por Fernandes (2011) como principal óbice para a participação nas políticas públicas de segurança seria inerente ao tempo de formular e manifestar opiniões e/ou sugestões, ou relativas ao deslocamento até o local das reuniões, ou arrumar alguém pra ficar com os filhos, ou deixar a casa sozinha, ou perder aquele jogo de futebol, aquela novela, ou ainda deixar as panelas no fogo sem ninguém para cuidar, etc.

Com o advento de novas tecnologias, fica-se conectado, praticamente 24 horas por dia, mesmo enquanto desempenha-se outras tarefas. As notificações de aplicativos dos smart's fones demandam atenção, hoje em dia troca-se mensagem enquanto se assiste filmes, ou espera a carne assar, ou a máquina centrifugar.

A participação da sociedade é indispensável à resolução dos problemas relacionados à criminalidade, e as TICs (redes sociais digitais) são as ferramentas perfeitas para construir uma arena moderna, adequada, eficiente e eficaz para o debate e deliberação desses temas.

Ainda, segundo Marcineiro (2001) conhecimento é fundamental à evolução para metodologias de trabalho melhores, e a transmissão de conhecimento pelos meios digitais e muito mais rápida e barata e com um alcance infinitamente maior. A obtenção de um mínimo de conhecimento da área por boa parte das pessoas possibilitaria a sociedade a participar de forma efetiva das políticas públicas e as ferramentas de TICs são perfeitas para a transmissão do conhecimento.

Com o fito de compreender e investigar a situação exposta acima o presente trabalho em seu primeiro capítulo buscou contextualizar a polícia no tempo e espaço, buscando no passado compreender os caminhos que levaram a Polícia Militar de Santa Catarina à Filosofia de Polícia Comunitária. No mesmo capítulo, também foi abordado os diversos modelos/escolas de polícia, dando maior destaque aqueles que mais influenciaram as polícias brasileiras.

No segundo capítulo o tema principal é o aumento do crime e da violência e a utilização da Filosofia de Polícia Comunitária como alternativa aos antigos modelos de polícia que não se demonstraram capazes de solucionar o problema. Traz, também, exemplos de polícias

que adotaram a filosofia de Polícia Comunitária em volta do mundo. E explicada como se constituem os CONSEGs, e quais suas funções.

No terceiro capítulo aprofunda-se um pouco no estudo das redes sociais, como se estruturam e se organizam, como geram e distribuem informações. Passando em seguida para o estudo das redes sociais enquanto ferramenta do Estado, qual o papel delas no planejamento e execução dos projetos dos nossos governos. Chegando as redes sociais digitais, das quais, apresenta-se um breve histórico, e aborda-se a influência e modificações que o meio digital inflige ao participante e as informações que por ele circulam. Finalizando o capítulo foram elencados e analisados os principais sites e aplicativos destinados às redes sociais digitais.

No quarto capítulo temos um Estudo de Caso sobre os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) da microrregião do Vale do Araranguá, onde são apresentados e analisados dados de uma pesquisa qualitativa interpretativa e quantitativa (RAUEN, 2002, p. 146), colhidos em entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987, p. 146), bem como dados colhidos através de um questionário.

METODOLOGIA

Inicialmente para dar sustentação teórica a pesquisa foi elaborado um estudo teórico referente à temática da pesquisa, nas bases de dados da Biblioteca Virtual da UFSC¹, Google Acadêmico² e na Scielo³. As buscas foram limitadas ao idioma Português e utilizou-se a técnica da revisão sistemática para filtrar e selecionar as obras que mais se afinaram ao estudo. Dentre estes filtros um dos principais limitadores foi o de tempo, sempre priorizando obras recentes com no máximo 4 anos. Também foram utilizados dados documentais, tais como leis estaduais e federais, apostiladas de curso da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), e relatórios de congressos e seminários.

Uma vez galgado os objetivos relativos ao referencial teórico do assunto passou-se para o estudo de caso propriamente dito. Os meios utilizados para o estudo de caso foram as entrevistas semiestruturadas (Triviños 1987, p. 146) e os questionários que seguiram as orientações de Rauen (2002, p. 124). Buscou-se uma abordagem qualitativa interpretativa e quantitativa (RAUEN, 2002), que tem como objetivo uma maior aproximação da realidade.

Os objetos selecionados para o estudo foram os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) da microrregião do Vale do Araranguá. Foram entrevistados 10 (dez) conselheiros, sendo que dois desses também são coordenadores do projeto na microrregião. Com base nas informações colhidas nas entrevistas e no referencial teórico formularam-se dois questionários. O primeiro questionário, contendo 8 (oito) perguntas, foi aplicado em 17 (dezesete) membros dos CONSEGs e o segundo, contendo 6 (seis) perguntas, destinou-se a 2 (dois) grupos fora dos CONSEGs.

Os grupos foram selecionados de forma a possibilitar um paralelo entre conselheiros, não conselheiros atendidos por algum projeto da filosofia da Polícia Comunitária e pessoas sem contato direto com a filosofia da Polícia Comunitária.

No grupo dos não conselheiros atendidos por projetos da filosofia da Polícia Comunitária, foram aplicados 52 questionários, sendo 24 em trabalhadores de comércio que participam do Projeto Gestão de

¹ Em <http://portal.bu.ufsc.br/>; acessado em 02/11/2014.

² Em <https://scholar.google.com.br/>; acessado em 02/11/2014.

³ Scientific Electronic Library em <http://www.scielo.org/php/index.php>; acessado em 02/11/2014.

Segurança Pública nos Comércios⁴ há 1 (um) ano e 28 com Diretoras de Escolas que participam do Projeto Gestão de Segurança Pública nas Escolas⁵ há 2 (dois).

No grupo das pessoas sem contato direto com a filosofia da Polícia Comunitária, foram aplicados 56 questionários em pedestres, entre os dias 15 e 25 de dezembro na Av. Getúlio no trecho chamado de Calçadão, principal zona comercial da Cidade de Araranguá. Os participantes foram selecionados de forma aleatória sem qualquer critério prévio de escolha.

⁴ Projeto do 19º Batalhão de Polícia Militar que visa envolver os principais comércios, vulneráveis ao crime e à violência em uma rede de autoproteção e apoio à segurança pública.

⁵ Projeto do 19º Batalhão de Polícia Militar que visa envolver os estabelecimentos de ensino públicos e privados em uma rede de autoproteção e apoio à segurança pública.

1 A POLÍCIA NO TEMPO

Antes de se aprofundar no problema principal do estudo é necessário mergulhar no passado da instituição polícia, relacionando os fatos e percebendo que as transformações não são naturais ou espontâneas, mas determinadas por uma série de fatores anteriores. No estudo do passado, obtém-se a compreensão dos questionamentos do tempo presente, o que, talvez, permita formular respostas para as dificuldades presentes.

1.1 GÊNESE

A busca por segurança foi um dos motores que levaram os homens a viverem em grupos, ou seja, a segurança tem papel significativo na formação do embrião da vida em sociedade. Segundo Marcineiro e Pacheco (2005).

A fim de proteger-se, o homem passou a reunir-se em bandos, formando agrupamentos, surgindo assim os núcleos sociais. [...] estes grupos exigiam que determinadas regras fossem cumpridas, a fim de que se mantivesse uma certa ordem, necessária à sobrevivência do grupo [...] sendo atribuída a alguns componentes do grupo social a competência para fazer cumpri-las. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 22)

Esses componentes, para os quais, foi atribuída a competência para assegurar o cumprimento das regras básicas da vida em sociedade, são o embrião do que hoje chamamos de Polícia.

Já Hipólito e Tasca (2012) afirmam que o surgimento da polícia não tem “*data certa, ou mesmo um determinado período bem delimitado, pois ao longo da história [...] a tarefa de manter a ordem [...] esteve afeta a uma variedade de autoridades*” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 33) e até mesmos ao sobrenatural.

A etimologia da palavra “polícia”, segundo Marcineiro e Pacheco (2005), deriva do latim e tem sua origem na Grécia Antiga, onde, a polícia se confundia como o conjunto das instituições que governavam a cidade (polis).

Partindo da democracia grega, na qual a polícia foi pouco utilizava (necessária). Passando pela república romana, que fez grande uso das forças policíacas para manter a ordem na megalópole Roma. Foi ao chegar ao período absolutista da Idade Média que a polícia – forças militares do monarca – mais se distanciou do povo e da sua função original. Sob a vontade do poder da igreja ou do monarca as ações da polícia visavam única e exclusivamente a “[...] *manutenção do poder, a defesa territorial e a intimidação do povo para que não se insurgissem contra [...] os monarcas, nem contra os dogmas da Santa Igreja.*” (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 24).

Neste período a polícia foi, em sua quase totalidade, desarticulada:

Na Idade Média ocorreu uma desarticulação e retrocesso da polícia enquanto instituição pública com as funções atinentes ao controle social, que desde a Antiguidade eram exercidas principalmente pela polícia pública, voltando a ser exercida pela própria vítima, pelo grupo familiar ou por forças privadas mantidas pelos nobres em suas terras (MARTINS, 2009, p. 20 apud CAETANO, 2012, p. 89).

Enquanto o monarca empenha suas forças militares na proteção ou expansão do território e na manutenção do poder, delegava aos nobres a função de polícia:

[...] aplicação da lei na Inglaterra, durante o princípio da Idade Média, por exemplo, era mantida por lordes com títulos sobre as extensões territoriais [...] Embora a ordem fosse mantida em nome do rei, e os crimes considerados contrários à “Paz Real”, não havia oficiais para aplicar suas próprias leis. Um acordo semelhante existia na França. Por exemplo, a carta de direitos concedida ao povo de St. Omer por William, conde da Normandia, em 1127, dizia que o senhor do castelo, sua esposa, ou seu responsável tinham autoridade para emitir ordens de prisão quando um crime era cometido. (BALLEY, 2002, p. 37-38 apud CAETANO, 2012, p. 89)

A polícia, como instituição, com o fito de manutenção da ordem, remonta o fim da Idade Média. Contudo, embora compartilhem a missão de manter a ordem as polícias apresentavam “*modelos e características estruturais diversas, [...] exemplos a Maréchaussée francesa, [...] semelhante ao Exército, e o Sherif inglês, com atribuições policiais.*” (CAETANO, 2012, p. 89)

Na Modernidade surge o embrião de uma polícia democrática. A Revolução Francesa, com seus ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, abre espaço para o Estado de Direito e dissolve o Estado-Polícia. O estado agora se baseia na juridicidade e na defesa da dignidade da pessoa humana. Segundo *Fachini* (1998, p.05 apud MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 25) a criação deste Estado Democrático de Direito

redimensionou a função policial, atribuindo-lhe a missão de proteger a ordem jurídica e de manter a segurança. A polícia não reside na vontade do monarca, mas na vontade legislativa. Esta estabelece seu objeto e limites, a polícia tem por função adotar medidas necessárias para a manutenção da paz, segurança e da ordem pública e proteger a sociedade. (FACHINI 1998, p. 05, apud MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 25)

Corroborando com este pensamento Caetano (2012)

O surgimento da polícia enquanto força policial pública especializada se dá mesmo é com a formação dos estados modernos e as lutas de classes no século XVIII no continente Europeu, com os ideais da Revolução Francesa de liberdade, fraternidade e igualdade, surgindo também nesta época as evoluções política, social e, conseqüentemente, policial, dos avanços ao respeito às garantias e direitos fundamentais dos cidadãos (CAETANO, 2012, p. 89)

Na Londres de 1829 a polícia aparece, pela primeira vez, como organização desvinculada das forças armadas. Conforme afirmar Hipólito e Tasca (2012):

A Polícia Metropolitana de Londres, moderna polícia inglesa, é criada somente em 1829, por iniciativa de Robert Pell, como forma de enfrentar os efeitos da industrialização, o aumento da criminalidade e dos frequentes tumultos que ocorriam na capital. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 39)

Criada pelo então Primeiro Ministro Inglês, a Polícia Metropolitana de Londres, tinha como norte os seguintes princípios:

1º Princípio - A polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, debaixo do controle do governo;

2º Princípio - A missão básica para a polícia existir é prevenir o crime e a desordem;

3º Princípio - A capacidade da polícia de realizar suas obrigações depende da aprovação pública de sua ações;

4º Princípio - A polícia necessita realizar segurança com o desejo e cooperação da comunidade, na observância da lei, para ser capaz de realizar seu trabalho com confiança e respeito do público;

5º Princípio - O nível de cooperação do público para desenvolver a segurança pode contribuir na diminuição proporcional do uso da força;

6º Princípio - O uso da força pela polícia é necessária para manutenção da segurança, devendo agir em obediência à lei, para a restauração da ordem, e só usá-la quando a persuasão, conselho e advertência forem insuficientes;

7º Princípio - A polícia visa a preservação da ordem pública em benefício do bem comum, fornecendo informações à opinião pública e demonstrando ser imparcial no cumprimento da lei;

8º Princípio - A polícia sempre agirá com cuidado e jamais demonstrará que se usurpa do poder para fazer justiça;

9º Princípio - O teste da eficiência da polícia será pela ausência do crime e da desordem, e não pela capacidade de força de reprimir esses problemas;

10º Princípio - A Polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo, um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia.

1.2 IDEOLOGIAS E MODELOS DE POLICIA.

O que pode-se perceber, mesmo sem grande aprofundamento histórico do tema, é que a sociedade de cada época ou período, através dos seus valores morais, éticos e culturais, moldam as polícias que lhe servem.

Então ao longo do tempo, não de forma linear global, pois a evolução não é concomitante em todos os locais, mas continuada para cada sociedade isoladamente a policia foi regida por ideologias diferente que determinavam suas ações.

1.2.1 Ideologias de Polícia

Marcineiro e Pacheco (2005) agrupam as ideologias em quatro grandes grupos:

1.2.1.1 Ideologia Militarista:

Típica das Polícias dos países de regimes ditatoriais tem como base a existência de um inimigo a ser combatido, sendo por este viés força de reação e eliminação dos que perturbam a ordem pública.

1.2.1.2 Ideologia de Controle Social:

Fruto do capitalismo e das diferenças sociais que ele acarreta. Tem como principal papel exercer sobre os menos favorecidos um controle tal que os impeça de se insurgirem contra o Estado ou contra os mais abastados. Ou seja, toda quebra da ordem é um problema de

polícia e deve ser solucionada por esta, não importando as causas que a motivaram. E a solução vem através da repressão policial.

1.2.1.3 Ideologia Reativa:

Tem como principal característica o atendimento aos chamados de emergência oriundos da sociedade e empregado todos seus recursos, humanos e matérias, para desempenhar tal tarefa. Não se preocupa com a prevenção do crime ou da violência, ou seja, não foca em evitar o crime, mas sim, em prender aqueles que o cometem.

1.2.1.4 Ideologia Preventiva:

A polícia preocupa-se em agir nas causas que levam a criminalidade. Segundo Marcineiro e Pacheco (2005):

A ação da Polícia dentro da ideologia preventiva leva o policial a ser um consultor da comunidade para os assuntos relacionados à segurança. Cabe ao policial o papel de orientador da sociedade e não de vigia ou controlador desta. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, pág. 62)

1.2.2 Modelos de Polícia

Segundo Hipólito e Tasca (2012):

A partir da modernidade, surge uma variedade de modelos de polícia, inclusive de agências não policiais, que dispõem de algum poder de polícia, não na concepção estrita às instituições policiais, mas aquela ampla e inerente ao Estado (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 39)

Já Marcineiro e Pacheco (2005) aglutinam estes diversos modelos de polícia em dois grandes grupos Modelo de Polícia Democrático: que se divide *“em duas classes distintas: aqueles que se preocupam em reagir aos fatos e aqueles que, além de uma eficiente reação, possuem como principal preocupação evitar que estes fatos ocorram.”*

(MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 65), e os Modelo de Polícia Autoritária: *“que tem como principal foco o controle da sociedade, pelo uso da força. Este tipo de Polícia é típico de países com regime autoritário.”* (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 65).

Dentre os modelos democráticos Hipólito e Tasca (2012) destacam três modelos em seus estudos, Modelo anglo-saxão, Modelo militar e dualista francês e Modelo português de polícia; estes três modelos serão visto, detalhadamente, mais a frente.

Já CAETANO (2012) destaca apenas dois modelos:

[...] quando também surgem os dois tipos ou status de polícias que mais influenciaram e que ainda têm influenciado a polícia no Ocidente. Um primeiro de status militar, surgido na França de Napoleão, chamado de modelo latino, e um modelo civil ou anglo-saxão, que surgiu na Inglaterra. (CAETANO, 2012, p. 90)

Ou seja, CAETANO (2012) segue a linha de pensamento que o modelo português é na verdade uma variação/mutação do modelo latino (militar e dualista francês).

Marcineiro e Pacheco (2005) acrescentam ainda um quarto e distinto modelo que chamam de Modelo Oriental.

1.2.2.1 Modelo anglo-saxão de polícia:

O modelo anglo-saxão de polícia, ou modelo inglês, é um modelo de polícia civil, sem vínculos com quaisquer umas das forças armadas. Seu gerenciamento é descentralizado e de cima para baixo, o comando é local a nível municipal. (CAETANO, 2012).

Como era de se esperar este modelo de polícia se expande, na mesma proporção do território do império inglês apresentando as seguintes características:

Polícia de base local ou comunal e inexistência de corpos de âmbito nacional;

Inexistência de mais de uma instituição policial sobre um mesmo território;

Atuação por meio do modelo de policiamento comunitário;

Uso moderado da força de modo a transmitir uma imagem pacífica em defesa da liberdade;

Desnecessidade de portar armas devido a forte proteção legal;

Poder independente devido a sua condição de autoridade e não de agente;

Flexibilidade na intervenção de um conflito;

Ampla capacidade de atuação e decisão;

Recrutamento de jovens não provenientes do exército;

Comandos oriundos do baixo escalão com acesso por promoções interna;

Processo de formação comum para todos os posto de direção;

Custos financeiros repartidos entre administração local e central; e,

Avaliações anuais do Ministério do Interior, mediante auditorias de eficiência. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 40)

A grande maioria das características se mantem, mesmo após cruzar os oceanos até as colônias, influenciando o modo de agir e pensar de uma grande gama de polícias em boa parte do mundo. Contudo, como salienta Hipólito e Tasca (2012) com o tempo os modelos se adaptam a seus novos territórios e sociedades.

Esse modelo segue para os Estados Unidos, então colônia inglesa, sofrendo, em fase das citadas variáveis sociais e políticas que interferem no surgimento e desenvolvimento de uma polícia, uma forte mutação, que resultou na criação de instituições policiais difusas para as mais variadas atividades de policiamento do Estado e em seus diversos níveis, ocasionando a existência de milhares de agências policiais. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 41)

Marcineiro (2005) ainda destaca outras importantes características deste modelo de polícia:

A escola de polícia Anglo-Saxônica propugna pela grande especialização, realizar suas

tarefas associadas à vigilância do cumprimento da Lei, perseguindo e punindo o criminoso.

Firma-se como agência de administração pública, com mais autoridade legal que moral, limitando-se a atender as situações de emergência, quando for chamada para atender uma ocorrência. Seus agentes até podem participar da vida diária da comunidade, mas isso não é o objeto da organização; não existe uma interação permitindo detectar sinais de anormalidade e agir com antecipação. Este é o modelo que mais se encontra nas democracias liberais. (MARCINEIRO; NAZARENO, 2005, p. 38)

1.2.2.2 Modelo Militar Francês (Maréchaussée)

O modelo francês é oriundo do exército daquele país e seu nome “Maréchaussée” tem origem na ligação e dependência aos marechais da França.

As Maréchaussée eram, inicialmente, uma força que protegia as retaguardas dos exércitos e caçava os desertores, mas como o tempo assumiu a função policial das áreas rurais. Era “incumbida de reprimir as violências coletivas e certas formas de criminalidades individuais, e controlar as populações itinerantes” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 42).

Diferente do modelo anglo-saxônico, o modelo francês é militar na origem e na essência, mesmo quando o nome Maréchaussée, referencia explícita à origem militar, foi substituído em 1791 por Gendarmeria, o modelo francês permanece militar por natureza.

MONET (2006, p. 49-50 apud HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 43) elencam as principais funções da polícia dentro do modelo francês:

[...] todo um conjunto de geral de tarefas, ligadas a administração geral da cidade, que se disseminaram décadas entre múltiplas autoridades concorrentes e ciosas de suas prerrogativas. [...] o tenente de polícia tem competências muito amplas. Ele zela pela segurança pública, organização e repressão da criminalidade, toma as disposições necessárias para evitar os incêndios e as epidemias ou limitar os efeitos das inundações causadas pelas cheias do Sena. Ele manda guardar os mercados e tomar medidas que facilitem o

abastecimento cotidiano da capital. Atento ao movimento das populações fluentes, manda vigiar os hotéis e os quartos de aluguel, e acompanha o 'estado da opinião' através do controle das gazetas e da livraria: cabe a ele impedir a distribuição dos panfletos e dos libelos, e de um modo geral acompanhar de perto os procedimentos de toda uma gama de suspeitos, considerados como adversários, ao mesmo tempo do Trono e do Altar – judeus, protestantes, jansenistas [...] (MONET, 2006, p. 49-50 apud HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 43)

Ainda Caetano (2012) ressalta algumas diferenças entre os modelos francês e inglês, afirmando que a

polícia francesa contrasta em relação à inglesa por ser caracterizada pelo controle do Estado, voltada para a defesa do próprio Estado; a inglesa possui um vínculo maior com a comunidade, em defesa dos cidadãos. (CAETANO, 2012, p. 90).

Devido a sua origem o modelo francês também é conhecido como modelo militar. É neste modelo de polícia que se encontra o princípio da polícia brasileira, claro que alterada pelas mutações sofridas em Portugal.

Os países com raízes latinas adotaram, portanto o modelo francês, enquanto que os países de tradição anglo-saxônica optaram pelo modelo inglês. Dessa feita, as polícias brasileiras são alinhadas ao padrão francês, fruto de sua história relacionada aos portugueses, que da mesma forma sustentam aquele modelo de polícia. (CAETANO, 2012, p. 91).

Até mesmo a divisão em duas polícias tem sua origem nos movimentos revolucionários franceses. Conforme afirma Caetano (2012), foram os membros da Revolução Francesa os primeiros a adotarem a divisão dicotômica entre as polícias, atribuindo a uma a polícia preventiva e ostensiva (Polícia Militar) e a outra a investigação e

polícia judiciária (Polícia Civil). Esse modelo prevaleceu na Europa nos XVII e XVIII, e por foi trazido para o Brasil pelos portugueses.

1.2.2.3 Modelo Português

Hipólito e Tasca (2012) correlacionam o modelo de polícia adotado em Portugal como o tipo de Estado daquele país. Afirmando que por ser “*um Estado unitário, Portugal teve seu modelo de polícia inspirado no modelo francês*”. Ou seja, uma polícia militarizada que exercia grande controle a população:

Havia um amplo controle da população que ‘se fazia em nome da preservação da ordem, sossego e tranquilidade pública’, o que não implicava em deixar de lado a polícia política e de segurança do Estado (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 45).

A ideia de polícia se confundia com a de governo, pois a polícia era incumbida de inúmeras atividades de carácter administrativo e atividades judiciais, tudo sob a égide do Intende Geral de Polícia criado pelo Alvará de 25 de Junho de 1760. Contudo, tais atribuições vão sendo retiradas ao longo do tempo em nome da especialização voltada para o crime. (HIPÓLITO; TASCA, 2012)

A Intendência Geral de Polícia é a origem das polícias atuais de Portugal:

Assim, a partir do modelo único de instituição policial fundado na Intendência-Geral de Polícia, Portugal passa para os dias atuais com instituições policiais diversificadas, pouco numerosas, cujas principais são a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Judiciária. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 45).

1.2.2.4 Modelo Oriental

O modelo oriental dá ênfase às ações voltadas ao serviço à comunidade. Neste modelo a polícia participa da vida cotidiana das pessoas, o que leva a uma interação entre a polícia e a comunidade atendida. O controle do estado de normalidade social é exercido através da persuasão, ajuda e aconselhamento, permitindo à participação da polícia naquele contexto social, não como um agente externo, mas como um integrante legítimo da comunidade. A polícia encara todos os problemas encontrados, como importantes, pois sabe-se parte tanto do problema quanto da solução e nem mesmos os menores problemas recebem a indiferença como resposta (MARCINEIRO, 2005).

Em oposição à escola de polícia anglo-saxônica, que tem como principal foco de atuação o combate ao criminoso, o tratamento proativo do crime e da violência é o foco principal dos órgãos de segurança pública do modelo oriental. Empenho seus esforços no que convencionou-se chamar de triângulo do crime: um ambiente apropriado para a prática do crime, um agente disposto a praticar tal crime e uma vítima em potencial (MARCINEIRO, 2005).

Como podemos ver as ações da polícia no modelo oriental buscam a legitimação das suas ações, trabalhando junto à comunidade na prevenção dos crimes e violências, mas ela também não abre mão do uso da força quando necessário para a manutenção da ordem.

Segundo Monet (apud MARCINEIRO, 2005 p. 38) o processo de legitimação obrigaria a respeitar os seguintes princípios:

- Enquanto instituição coerciva, a polícia deve ser capaz de fazer aceitar, se não mesmo aprovar, a autoridade que exerce.
- Como prestadora de serviços, a polícia só será legitimada se responder adequadamente às expectativas dos seus utilizadores.
- Uma vez que as sociedades, cada vez mais, desejam reduzir a distância entre os que detêm autoridade e os que dela se beneficiam, praticar a proximidade social aos cidadãos legitima a polícia. (MARCINEIRO, 2005, p. 39)

1.2.3 A Polícia Brasileira

Todos os modelos de polícia apresentados anteriormente influenciaram a polícia brasileira, cada qual com mais ou menos intensidade em diferentes períodos da história do nosso país.

O surgimento da polícia no Brasil se deu com a vinda da Família Real, quando no dia 10 de maio de 1808 criou-se a Intendência Geral de Polícia e da Corte, considerada por muitos a primeira instituição policial brasileira (Hipólito; Tasca, 2012, pág. 48-49). Baseada no modelo francês de polícia, foi responsável pela segurança coletiva e pessoal, pelo abastecimento da cidade, captura de criminosos e investigações de crimes, etc.

Acrescenta Marcineiro (2005) que:

[...]as polícias brasileiras, embora tenham surgido com a função de manter a ordem pública nas vilas e povoados, eram invariavelmente utilizadas como tropas militares na defesa do país, ou até mesmo dos próprios Estados-Membros.

Criadas em uma época (Império) em que o país se constituía em um estado unitário, eram instituições tipicamente militares, exerciam o papel de força reserva da força armada terrestre e baseavam sua ação na força (MARCINEIRO, 2005, p. 45).

Ao longo do seu desenvolvimento uma grande variação de nomenclaturas e funções diversificadas foram atribuídas às polícias brasileiras, sem, contudo, se afastar de uma característica herdada do modelo francês, ser uma polícia de repressão. Muito embora, como o passar do tempo a nossa polícia incorpore diversas características do modelo anglo-saxão, e sofra diversas mutações, como já visto este modelo também se baseia na repressão.

Na verdade a polícia brasileira atual é uma mescla de diversos modelos permeados pelas características únicas do país, e assim como todas as outras polícias não se enquadra neste ou naquele modelo.

Salienta Marcineiro (2005):

A adoção de uma doutrina de atuação na área da Manutenção da Ordem Pública, com base na filosofia de atuação de uma Polícia oriunda do modelo Anglo-Saxão, no caso a norte-americana,

somada à manutenção da ideologia militar, típica das Polícias do modelo Latino, fez com que surgisse uma Polícia híbrida, com estética militar e competências de caráter policial. (MARCINEIRO, 2005, p. 47)

Apenas em 1988 o Brasil recebe alguma influência do modelo oriental, quando o novo contexto democrático, alcançado com o fim dos governos militares e a promulgação da constituição cidadã de 1988, exigiu uma nova postura da e formulação da polícia, permitindo, ainda que de forma tímida, aplicação de uma filosofia de Polícia Comunitária.

O Brasil inicia as discussões sobre o policiamento comunitário em 1980, período que coincide com a abertura democrática, principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando a proteção dos direitos e das liberdades individuais recebe grande destaque, fazendo com que o papel da polícia seja mais compatível com o ambiente político-social e democrático vigente. (FERNANDES, 2011, p. 70)

2 POLÍCIA COMUNITÁRIA

A SENASP (2007) traz uma série de definições sobre o que seria a Polícia Comunitária através de conceitos de diversos estudiosos do assunto:

Quadro 1: Conceitos consagrados de Polícia Comunitária

| | |
|--|---|
| <p><i>“É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.”</i> (TROJANOWICZ, 1994, pág. 04)</p> | <p><i>“Polícia Comunitária é uma filosofia organizacional assentada na ideia de uma Polícia prestadora de serviços, agindo para o bem comum para, junto da comunidade, criarem uma sociedade pacífica e ordeira. Não é um programa e muito menos Relações Públicas”.</i> (O Chief BEHAN – Baltimore County Police Department – apud Ferreira, 1995, pág. 56)</p> |
| <p><i>“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.”</i> (O Chief KERR – Toronto Metropolitan Police – apud Ferreira, 1995, pág. 57)</p> | <p><i>“Polícia Comunitária é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública.”</i> (Chief Inspector MATHEW BOGGOT – Metropolitan London Police Department – apud Ferreira, 1995, pág. 57)</p> |

Fonte: SENASP, 2007, Pág. 39–40 e Marcineiro, 2009, Pág 1004-109

Nos conceitos apresentados no quadro acima, pode-se constatar que a Polícia Comunitária é na verdade uma filosofia de trabalho voltada para a resolução de problemas de forma preventiva e em parceria com a comunidade e com os outros órgãos estatais. O policial nessa nova filosofia se apresenta, antes de tudo, como cidadão integrante

da comunidade, e, portanto como parte interessada na solução do problema, pois enquanto integrante da comunidade também esta afeto as suas consequências.

Marcineiro e Pacheco (2005) explicam que a policia comunitária deve ser vista como uma filosofia e não como programa ou projeto isolado, pois seus princípios devem permear todas as ações adotadas pelas policiais.

A aproximação com a comunidade apresenta alguns problemas de interpretação da ideologia de Polícia Comunitária. Tanto as pessoas das comunidades, quanto os policiais chegam a conclusões errôneas sobre o que é Polícia Comunitária. Pode-se, ainda hoje, encontrar preconceitos e resistências, relativos à filosofia da Polícia Comunitária, oriundos dessa má interpretação. Por essa razão se faz necessário limitar o que é e o que não é Polícia Comunitária.

Quadro 2 – O que é e o que não é policiamento comunitário

| Policiamento Comunitário | |
|---|---|
| O que é | O que não é |
| É um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade. | Não é uma tática, nem uma técnica, nem um programa. Não é um esforço limitado para ser tentado e depois abandonado. |
| É uma nova forma de oferecer serviços de segurança personalizados à comunidade. | Não é um meio para se exercer relações públicas. |
| Trabalha buscando novas formas para a resolução de problemas da comunidade. | Não é antitecnologia. |
| Considera a detenção de um suspeito como instrumento importante na resolução de problemas e não como medida básica do sucesso ou do fracasso. | Não é condescendente com o crime. |
| Procura solucionar problemas crônicos da comunidade, mesmo que de longo prazo. | Não é espalhafatoso. |
| É parceiro da comunidade. | Não é paternalista. |
| Os policiais fazem parte de uma estratégia geral que visa à parceria com a comunidade | Não é uma entidade isolada dentro da instituição policial. |
| Lida com problemas reais, atacando-os para que não se | Não é perfumaria. |

| | |
|---|--|
| instalem e cresçam. | |
| Possibilita que todos encontrem meios para expressar a filosofia de trabalho, buscando soluções para os crimes. | Não é um enfoque de cima para baixo. |
| Apenas formaliza e promove a resolução de problemas comunitários. | Não é apenas um nome a mais para o trabalho de serviço social. |
| Atua na comunidade, buscando um papel equivalente de todos os cidadãos. | Não é elitista. |
| Implica dar mais poder aos menos favorecidos, oferecendo a eles também uma parcela justa da variedade dos serviços públicos. | Não é concebido para favorecer os ricos e os poderosos. |
| Inclui a possibilidade de incorrer em fracassos e de cometer erros. | Não é “seguro”. |
| É a busca por soluções, que pode apresentar resultados imediatos e de longo prazo. | Não é fórmula mágica e rápida ou panaceia. |
| A prevenção contra o crime é um dos pilares do policiamento comunitário, seus policiais são treinados para isso. Há também a melhoria na relação com as comunidades, atendendo de forma personalizada a cada uma. E, finalmente, o policiamento comunitário busca o uso de técnicas criativas na resolução dos conflitos. | Não é apenas um nome a mais para outras iniciativas da polícia, como prevenção contra o crime, relações da polícia com a comunidade ou o policiamento através da resolução de problemas. |

Fonte: FERNANDES, 2011.

A função da polícia dentro da filosofia comunitária vai muito além de defender os interesses do Estado através do controle social como modelo latino-francês, ou de patrulhar as ruas e controlar o crime atendo as chamadas de emergência e prendendo criminosos, tal qual o modelo anglo-saxão. Nela deve-se buscar a prevenção do crime, estabelecendo parcerias com a comunidade, identificando problemas e somando os recursos da polícia, Estado e comunidade na resolução desses.

2.1 O CRIME E A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE ATUAL

O que levaria a esta mudança de filosofia na forma de fazer polícia? Simples a necessidade. Considerando que os modelos anteriores não galgaram êxito na missão de prover uma segurança pública eficaz.

A tão almejada função de controlar e prevenir crimes, sob o profissionalismo do modelo de “fazer cumprir a lei” (Law enforcement/lawe officer), sustentada pela organização policial e considerada pelo público como atividade principal da polícia, não alcançou o objetivo social de manter em baixa as taxas de criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos. O aumento dos crimes violentos o crescimento das empresas e organizações criminosas de alcance transnacional, os escândalos de corrupção e arbitrariedades envolvendo policiais, a impunidade fogem do controle das agências públicas e constituem o problema central do debate político atual. Ao mesmo tempo instala-se na sociedade, de modo geral, a descrença na eficiência policial. Isto compromete a legitimidade da instituição e coloca em questão não só o mito em relação ao modelo repressivo de polícia como a estratégia mais eficaz na diminuição da criminalidade, como também a crença em relação aos policiais, de que estão a todo tempo envolvidos no trabalho de combater o crime, correndo atrás de bandidos. (SOUZA, 1999, p. 44 aput FERNADES, 2011, p. 55).

Dentre as inúmeras causas para o aumento do crime e da violência Mesquita Neto (2004) destaca algumas eleitas por coronéis da Polícia Militar de São Paulo:

- Problemas econômicos, sociais, culturais, particularmente o deficit na área da educação e na área do emprego e renda, que por sua vez são associados à ausência ou à fragilidade de políticas públicas nestas áreas;
- Problemas de desestruturação familiar e, na esfera das atitudes e comportamentos individuais, o egoísmo e o consumismo, percebidos como atitudes e comportamentos estimulados pela mídia e

associados à fragilização das leis e normas que regulam a vida em sociedade;

- Falhas na legislação e deficiências nos sistemas de segurança pública e justiça criminal.

- Distanciamento entre a Polícia e a comunidade; a subnotificação de crimes; o desaparecimento da polícia; o crescimento da corrupção nas organizações dos sistemas de segurança pública e justiça criminal;

- Crescimento do crime organizado, a deficiências nos sistemas de controle interno e externo destas organizações;

- A disseminação das drogas e do álcool e das armas de fogo, associados ao crescimento do crime organizado, particularmente do tráfico de drogas;

- A procura de recursos para compra de drogas como um fator importante para explicar o aumento de roubos e furtos, e a insegurança dos criminosos na prática de roubos e furtos, principalmente diante de uma reação da vítima, como fator responsável pela ocorrência de mortes violentas, registradas como homicídios ou latrocínios.

- A falta de integração entre o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, e também a demagogia ou ideologia, na sociedade e no governo, como obstáculos ao desenvolvimento de políticas públicas para redução da criminalidade e melhoria da segurança pública.

Além dos fatores acima, apontados pelo coronéis de São Paulo, pode-se agregar outros trazidos pela SENASP (2007):

Desigualdade na distribuição de riquezas

O nível de desigualdade social é enorme. Segundo pesquisas da Universidade de São Paulo (USP), para cada cinco cidadãos paulistanos existe um favelado. Alguns países que possuem estatísticas sobre homicídios, indicam que quanto maior a desigualdade social, maior a violência.

[...]

A violência social não é novidade, nem mesmo nas grandes cidades. Pode-se entender que os fatores que geram a violência social estão diretamente relacionados ao ambiente cotidiano e surgem sempre, em maior ou menor grau, quando

as diferenças sociais se acentuam ou amenizam.
(SENASP, 2007, p. 21 – 24)

Impossibilidade do indivíduo em alterar, sozinho, processos já existentes, o que gera tensões emocionais e conflitos. Ressurgimento de ódios ideológicos, segregação de migrantes e imigrantes, a separação física e política de uma mesma sociedade. O individualismo desesperado que, em suma, contribui para o aumento da violência. Elites políticas, que se alienam cada vez mais das relações humanas de modernidade e princípios democráticos, e tendem a transformar as necessidades sociais em “interesses nacionais”, provocando o “cansaço democrático”, que leva à desesperança, ao desencanto e à descrença no poder público como um todo (SENASP 2007).

Todos esses fatores levam à descrença no Estado e nas suas instituições, deixando a segurança pública à beira de um colapso, denominado de “anomia social”.

ADORNO (1998) define anomia social como:

[...] uma condição social em que as normas reguladoras do comportamento das pessoas perdem a validade. Onde prevalece a impunidade, a eficácia das normas está em perigo. As normas parecem não mais existir ou, quando invocadas, resultam sem efeito. Tal processo aponta no sentido da transformação da autoridade legítima (o Estado) em poder arbitrário e cruel. (ADORNO, 1998, p.14, apud SENASP, 2007, p. 21-22)

Diante do presente quadro de anomia social, pode-se afirmar que a polícia não está sendo exitosa na sua função. E muitos pedem por uma polícia mais rigorosa que prenda mais e se necessário até mesmo execute criminosos, atribuindo a “responsabilidade” as polícias exclusivamente, em especial em situações pontuais de crime e violência.

Mas, sob outro ponto de vista, constata-se facilmente que o problema não repousa em uma possível deficiência das polícias em prender. É de conhecimento comum que os presídios estão superlotados, e que até mesmo em delegacias temos criminosos detidos esperando vagas no sistema prisional. Então no quesito, ser eficiente em efetuar prisões a polícia provavelmente alcançaria uma avaliação plenamente satisfatória.

Contudo, a simples prisão daqueles que comentem um fato típico e antijurídico não tem se apresentado como a panaceia para a segurança pública. Antes o contrário, uma vez mergulhado no sistema prisional o condenado, quase sempre, é cooptado por umas das facções criminosas que atuam nas casas de detenção e fica comprometido com a organização criminosa que lhe deu suporte durante sua pena e acaba aprisionado num ciclo de crimes e penas. Como consequência, tem-se, atualmente, um altíssimo número de presos reincidentes.

Deve-se observar os problemas da segurança pública com uma visão mais ampla, onde todos são corresponsáveis.

Somente o Estado perfeitamente constituído e organizado, poderá fazer frente aos aspectos que são os causadores da violência e, assim, agir preventivamente, e não após os fatos consumados, ou seja, nas consequências. As crescentes crises sociais urbanas e rurais demonstram em que patamar as coisas se encontram; tenta-se responsabilizar as instituições que têm por obrigação a manutenção da ordem pública e não aquelas que têm por dever de ofício agir na solução dos problemas estruturais do país. (SENASP, 2007, p. 24)

A solução não está em simplesmente prender, mas sim na aplicação políticas públicas voltadas para a segurança pública, e na reestruturação da sociedade e do Estado. As demandas dos problemas extrapolam, em muito, as competências da polícia e suas soluções exigem ações serias e em rede dos mais variados órgãos do governo, bem como da sociedade.

Todavia, a polícia, também, vem buscando se reestruturar, tornando-se uma instituição democrática, que se enquadre nos novos anseios da população e eficiente no que tange sua parcela de responsabilidade. A necessidade de mudança que permitiu a adoção da nova filosofia de Polícia Comunitária no Brasil.

2.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNDO:

A necessidade de uma polícia mais democrática com maior participação popular nas decisões relativas à segurança da comunidade, não é um privilégio do Brasil. Países como Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Espanha e outros, já possuem um forte debate acerca da imperatividade da mudança nos paradigmas policiais e da difusão da filosofia de Polícia Comunitária (SENASP, 2007 – FERNADES, 2011).

Em todos os países, as formas de aplicar a filosofia de Polícia Comunitária se adaptam a realidade cultura e as possibilidades estruturais relativas ao país e as comunidades alvos. A filosofia permanece a mesma, o que varia são os meios empregados para alcançar os objetivos de aproximação e trabalho em conjunto na busca de soluções para a segurança pública.

Para compreender a necessidade da adaptação ou eleição de um ou outro meio diferente para aplicar a filosofia comunitária foi destacado dois modelos que se vê seguir, antes de analisar no modelo brasileiro de se fazer polícia comunitária.

2.2.1 Japão

Diferentemente do Brasil o Japão é um dos países que mais apresenta participação social nas questões de segurança pública. Como consequência o sistema de Polícia Comunitária deles é um dos mais antigos, ativo desde 1879, baseado em uma ampla rede de postos policiais denominados KOBANS E CHUZAISHOS e espalhados por todo o país, nos quais o agente central é o policial fardado (SENASP, 2007; FERNADES, 2011).

A principal diferença entre os Kobanas e Chuzaishos é o tamanho físico e a estrutura. Enquanto que os Chuzaishos, são pequenos postos em residências cedidas pelas prefeituras, nas quais são instalados o policial comunitário e sua família. Chuzaisho está vinculado diretamente a um “Police Station” do distrito policial onde atua:

O policial trabalha no horário de expediente, executando duas rondas fardado. Na ausência do policial, sua esposa auxiliará em suas atividades, atendendo ao rádio, telefone, telex e as pessoas, sem que, para isso, seja considerada funcionária do Estado, mas essa sua atividade

possibilita ao marido policial o recebimento de uma vantagem salarial. Quanto aos gastos com energia, água, gás e a manutenção do prédio ficam a cargo da prefeitura da cidade onde o posto está localizado. (SENASP, 2007, p. 67)

Ou seja, o policial realmente é parte integrante da comunidade, pois nela reside com sua família, a comunidade o vê dessa forma e ele se vê como responsável pela segurança do seu grupo social, não se trata mais de arriscar a vida no cumprimento da missão para defender estranhos, mas sim, defender sua família, amigos e vizinhos (FERNADES, 2011).

Já os KOBANS são instalados em um prédio maior normalmente com dois andares e estrutura tecnológica muito maior, seu funcionamento e de 24 horas diárias e conta com 03 (três) ou mais policiais.

Mas o princípio de proximidade são os mesmos tanto que existe um tempo mínimo de permanência no KOBAN para os policiais, forçando assim o policial a conhecer bem a comunidade a qual serve (FERNADES, 2011).

Já a SENASP (2007) ressalta que o tempo leva o policial ao efetivo engajamento num determinado e específico setor da comunidade, o que cria uma relação em caráter de longo prazo,

uma vez que pelos conhecimentos que possui do bairro e das pessoas que nele vivem ou trabalham pode ser o catalisador para o desenvolvimento de soluções criativas que não se concentre especificamente em prender delinquentes, pois só assim, o policial pode reduzir o crime e ir ao encontro das necessidades apropriadas da comunidade, sendo conhecido e respeitado pelas suas atitudes. (SENASP, 2007 p. 68)

A SENASP ainda explica de forma resumida o porquê da disseminação do modelo japonês pelo mundo.

No Japão, o mais importante é que as pessoas, ao necessitarem da polícia, sabem sempre onde e a quem recorrer. Além disso, os recursos propiciados pela tecnologia moderna foram

cuidadosamente bem aplicados no Japão, preservando-se a proximidade do policial nas comunidades, sem perder o equilíbrio preexistente entre polícia e povo. Por sua eficácia na prevenção de delitos (um dos mais baixos índices do mundo) e pelo reconhecimento da população, que realmente se sente segura, é que um crescente número de países passou não somente a estudar, mas a implantar a experiência japonesa, que possui tradição em policiamento comunitário. (SENASP, 2007 p. 69)

2.2.2 O Canadá

No Canadá, como em muito outros países, foi um desempenho baixo da polícia a pressão social oriunda da sensação de insegurança que levaram a mudança filosófica das polícias, há aproximadamente 30 anos. Durante oito anos foram envidados esforços para modificar a estrutura administrativa e operacional, mas principalmente a postura e educação dos policiais ao encontro da filosofia de polícia comunitária (SENASP, 2007)

O efetivo foi dividido por responsabilidade territorial. A cidade foi dividida em bairros e os bairros em setores e os policiais de cada setor devem as pessoas e os problemas do seu setor. “*A divisão territorial está ligada a questões geográficas e aos tipos de crimes em determinadas regiões*”(SENASP, 2007)

O envolvimento e parceria das pessoas e empresas foi imenso como destaca a SENASP (2007):

Quando um problema é identificado, o município, a população e a polícia se unem para solucioná-lo imediatamente. Exemplo: em um bairro notou-se que os orelhões (telefones) tradicionais, serviam para esconder drogas. A população informou a polícia e em menos de 30 dias todas as cabinas telefônicas foram envidraçadas ficando transparentes, o que impedia a ocultação das drogas. Outras providências que demonstram a participação da população referem-se a iluminação de praças e ruas para evitar ambientes que favorecem o crime. (SENASP, 2007 p. 61)

Os policiais fazem rondas ostensivas e visitam as residências dos moradores e as empresas, buscando proximidade e demonstrando entusiasmo. O treinamento do policial também foi direcionado para a solução dos problemas do seu setor. “Quando uma modalidade criminosa chama a atenção, os policiais fazem curso a respeito e são treinados a enfrentar e solucionar os problemas resultantes da ação criminosa detectada.” (SENASP, 2007). E os treinamentos para situações reais são constantes e continuados.

Todas as decisões são tomadas em conjunto com a comunidade, dividindo o poder e conseqüentemente a responsabilidade. “A comunidade participa ainda com voluntários e atendentes nos postos policiais, o que os libera para os trabalhos de rua” (SENASP, 2007 p. 62). A proximidade e a parceria e tamanha que é comum encontrar aposentados trabalhando voluntariamente nas repartições policiais.

Sobre a troca de informações e conhecimento necessários a perenidade da parceria a SENASP (2007) destaca:

As informações que a polícia recebe são sigilosas, preservando-se o informante. Há um estado de consciência de que o sucesso da polícia, depende do trabalho do policial de rua. Dá-se muita importância a demonstrar que a polícia está sempre presente e que se aproxima do cidadão mesmo sem ser solicitada. Nesse sentido a prevenção torna-se o trabalho mais importante. A polícia ministra cursos aos cidadãos num processo de aperfeiçoamento das relações com a comunidade. Assim a polícia é vista não como um grupo que usa uniforme, mas como integrante da sociedade local e nacional. (SENASP, 2007, p. 63)

Todas as polícias do Canadá estão imersas nos princípios da Polícia Comunitária.

2.3 POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

Segundo Marcineiro (2009) o contexto democrático estabelecido com a Constituição Federal de 1988, exigiu das polícias uma nova postura e uma ruptura com os antigos paradigmas da segurança pública.

Essa abertura democrática coincide com a Filosofia de Polícia Comunitária no Brasil.

A Constituição de 1988 definiu melhor as competências da polícia, cabendo à Polícia Militar um remodelamento de suas ações, dentre elas, a perda gradativa do vínculo com o Exército Brasileiro, adotando uma postura mais condizente com o período democrático. Também ocorrem mudanças nos cursos de formação de policiais, abandonando-se a ênfase na formação militar por uma ênfase na formação policial. (FERNADES, 2011, p. 70-71).

Anteriormente o contato com a população era visto como negativo e evitado ao máximo. O medo da corrupção era a escusa para proibir o policial de aproximar-se dos cidadãos e dos problemas do setor que trabalhava. (FERNANDES, 2011)

Marcineiro (2009) traz a Polícia Interativa das cidades de Guaçuí e Alegre, no Espírito Santo, como sendo as primeiras ações de Polícia Comunitária do Brasil.

Em 1985, com a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, nascia a Polícia Interativa, na Cidade de Guaçuí/ES, dando um passo importante na busca de uma real aproximação com a comunidade, sendo objeto de destaque na mídia nacional, pelo seu audacioso projeto de polícia interativa. Sem prejuízo das ações voltadas contra os criminosos, buscou-se o entrosamento com a comunidade para juntos controlarem as ações delituosas, evitando sua eclosão. De forma harmoniosa, visou-se à responsabilidade de todos para a garantia da ordem pública, antecipando-se aos fatos. (SENASP, 2007, p. 87-88)

Já a SENASP (2007) cita o I Congresso de Polícia e Comunidade, ocorrido em São Paulo no ano de 1991, como o marco inicial da discussão sobre o tema e início da busca das polícias militares estaduais pela reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 1988.

Cimolim (2009, p. 58–59; apud FERNANDES, 2011 p. 72) afirma que o modelo de Polícia Comunitária Brasileiro é baseado nos modelos Norte Americano e Canadense dos anos 70 e 80, e visa mudar a direção da polícia “*de uma força pública para rumar em direção a uma agência prestadora de serviços públicos*”.

No ano 2000, foi implementado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) que é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança do Brasil, seguido no ano de 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a partir desses, as instituições do sistema de segurança buscam a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas a segurança, pois sabem que:

A participação da sociedade por meio de suas instituições representativas torna-se crucial para o delineamento de qualquer política pública. A complexidade da questão implica na necessidade de efetiva participação social, como forma de democratizar o aparelho estatal no sentido de garantia de uma segurança cidadã. (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 60)

Salienta, ainda, Marcineiro (2009) que atualmente o Ministério da Justiça através da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) instiga a exercício da filosofia de Polícia Comunitária nos Estados Membros da Federação.

2.3.1 Polícia Comunitária em Santa Catarina

Segundo Marcineiro (2009) a discussão sobre Polícia Comunitária em Santa Catarina nasceu em 1995 dentro de um “Programa Estadual de Qualidade Total, com o desejo de modernizar os processos produtivos e capacitar os servidores na prestação dos serviços que o Estado oferecia”. Mas para melhorar os serviços oferecidos não bastava fazer mais do mesmo, visto que as necessidades da sociedade não seriam atendidas com o modelo antigo de polícia profissional, era necessária uma mudança na forma de se fazer polícia.

[...] para melhorar os processos produtivos da Polícia Militar catarinense era preciso fazer mudanças na filosofia de trabalho policial. Era

preciso passar de uma postura reativa e distante do cidadão, para atitudes proativas, em parceria com as forças vivas da sociedade. A tônica seria a de prestar um serviço personalizado para cada comunidade, de maneira que fossem respeitadas as peculiaridades locais. Ao invés de vigiar o cidadão pra punir o infrator, era preciso fazer uma Segurança Interativa. (MARCINEIRO, 2009 p. 52)

Segurança interativa, este é o nome do primeiro programa da Polícia Militar de Santa Catarina embasado na filosofia de Polícia Comunitária. O passo inicial foi o capacitação de policiais em todo o Estado, através de cursos, alguns com parceria da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Uma vez, que contava-se com um efetivo devidamente capacitado foram escolhidas 72 cidades para receberem projetos pilotos, nas quais foram criados os Conselhos de Lideranças Comunitárias, os CLIC's (Marcineiro, 2009).

Os CLIC's foram o espaço para a sociedade e a Polícia efetuarem discussões sobre quais seriam as melhores maneiras de sanar os problemas de segurança da comunidade. Contudo em 1988, quando da mudança do governo do Estado o Programa de Segurança Interativa foi abandonado.

Somente em 2001, incentivados pelo Plano Nacional de segurança pública, que buscavam fomentar a filosofia de Polícia Comunitária no país, e que

[...] foi constituída uma Comissão Coordenadora de Polícia Comunitária para resgatar o Programa de Segurança Interativa agora com o nome de Polícia Comunitária e em parceria com a Polícia Civil e os demais órgãos da administração do Estado. (MARCINEIRO, 2009, p. 54)

E dentro novo esforço, na busca por uma polícia mais democrática e eficiente que surgem os Conselhos Comunitários de Segurança.

2.4 OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

A SENASP (2007) define os CONSEGs como:

Entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação aos segmentos da segurança pública ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município. (SENASP, 2007, p. 297)

Marcineiro (2009) afirma que cada Estado da Federação criou suas legislações para estabelecer seus CONSEGs, todavia, em todo o Brasil os CONSEGs devem ter uma diretoria que conte com no mínimo: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Diretor Social e Diretor de Assuntos Comunitários.

Em Santa Catarina o Decreto nº 2.136 de 12 de março de 2001 autoriza “*o Secretário de Estado da Segurança Pública [...] a promover a criação de Conselhos Comunitários de Segurança, com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população*” (Santa Catarina, 2001).

Já Resolução da Secretaria de Segurança Pública n. 001, de 6 de julho de 2001 define os CONSEGs de Santa Catarina como sendo:

[...] entidades de apoio às Polícias Estaduais nas relações com a comunidade para a solução integrada dos problemas de segurança pública com base na filosofia de Polícia Comunitária, vinculados, por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, por intermédio da Comissão Coordenadora dos Assuntos dos Conselhos Comunitários de Segurança. (SANTA CATARINA, 2001, n. p.).

Os CONSEGs segundo seus estatutos constituem um canal privilegiado, pelo qual a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, passará a auscultar a sociedade e lhes competem:

- Planejar e promover ações integradas de segurança, através da congregação das lideranças comunitárias do CONSEG;
- Propor às Polícias a definição de prioridades na área de segurança pública do CONSEG;

Faz-se necessário lembrar que os assuntos técnicos referentes ao serviço das polícias, tais como transferências de efetivo e escalas, não são de competência do CONSEG. E nem mesmo as reuniões constituem palco para queixas e reclamações sistemáticas que não ofereçam alternativas de soluções (MARCINEIRO, 2009).

Os CONSEGs, em Santa Catarina, são o principal meio pelo qual de busca instituir uma polícia democrática e cidadã, ou seja, é a principal ferramenta da filosofia de Polícia Comunitária. Marcineiro (2009) destaca que para alcançar os objetivos da filosofia de Polícia Comunitária é preciso que as pessoas que compõem aquela comunidade se reúnam com os policiais, seja nos CONSEGs ou em qualquer outra forma de reunir pessoas para discutir soluções para os problemas de segurança pública inerentes àquela comunidade.

Reunir pessoas para discutir sobre segurança não é nada simples e nem fácil a SENASP (2007, p. 309) destaca as principais dificuldades dos CONSEGs e sugere algumas medidas para amenizá-las.

Quadro 3 – Dificuldades dos CONSEGs e Medidas Complementares Sanadoras.

| DIFICULDADES | MEDIDAS COMPLEMENTARES |
|---|---|
| Falta de capacitação contínua dos Conselheiros; | Cursos para lideranças comunitárias; |
| Falta de divulgação das ações dos Conselhos; | Distribuição de cartilhas, folhetos e cartazes; |
| Desconfiança da população; | Palestras em escolas, igrejas, clubes de serviço; |
| Falta de sensibilização do público interno; | Realização de pesquisas e avaliações; |
| Falta de participação dos demais gestores públicos; | Seminários para trocas de experiências; |

| | |
|---|------------------------|
| Falta de envolvimento dos gestores de segurança nas reuniões dos Conselhos; | Campanhas preventivas; |
| Lideranças inadequadas em busca de interesses pessoais e políticos; | Ações comunitárias; |
| Falta de valorização dos Conselheiros. | Distribuição de urnas. |

Fonte SENASP (2007) Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária

3 REDES SOCIAIS

Dentre as várias definições de Rede Social pode-se a de que se trata de uma estrutura social composta por atores – indivíduos, instituições e/ou organizações – conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns. Para Wasserman e Faust, (1994); Degenne e Forse, (1999 Apud RECUERO, 2009, p. 22) uma rede social se define por um conjunto com dois atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Constituindo uma translação onde é possível analisar os padrões de conexão de determinado grupo social, com base nas conexões que são estabelecidas entre os múltiplos atores. Apresenta, portanto, uma estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

De acordo Marteleto (2001) as relações das redes são dicotômicas e se dão no encontro entre indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivas/objetivas e enfoques micro/macro da realidade social. Em uma rede cada indivíduo desempenha uma função e possui sua própria identidade cultural. A relação com os demais participantes forma o todo que define as características rede. Ou seja, o indivíduo empresta para rede parte do seu ser e isso influenciará a formatação final da rede.

E Marteleto (2001, p.72, apud TOMAEL; ALCARA; DI CHIARA, 2005, p. 93), ainda traz uma definição que incluem a motivação da formação de uma rede social definindo-a como “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Cruz (2010) destaca como um desses interesses o movimento na busca pela informação, o que torna as redes um “vetor estratégico importante e contumaz, visto que a necessidade de informação é natural ao ser humano e às organizações, e as redes sociais são o caminho natural para a busca de informações” (CRUZ, 2010, p. 260)

Contudo Olson (1999, apud MARTINS; LOTTA, 2010, p. 846), alerta para o fato de que “os indivíduos não farão parte de grupos que lutam por um bem público a menos que haja coação ou sejam estimulados mediante algum bem privado”. O autor, também, atenta para o que chama de free rider (efeito carona) quando um ator busca a possibilidade de beneficiar-se das ações da coletividade sem empenhar esforços em prol do bem do grupo – capital social. O problema da ação em rede fica transparente “quando o interesse privado sobrepõe-se à obtenção do bem público” (MARTINS; LOTTA, 2010, p. 846)

Mesmo com a possibilidade da presença do *Free Rider* é indiscutível o fato de que as redes sociais são um dos principais meios que a sociedade dispõe para o compartilhamento da informação e do conhecimento e conseqüente solução de problemas, valendo-se das relações existentes entre seus integrantes.

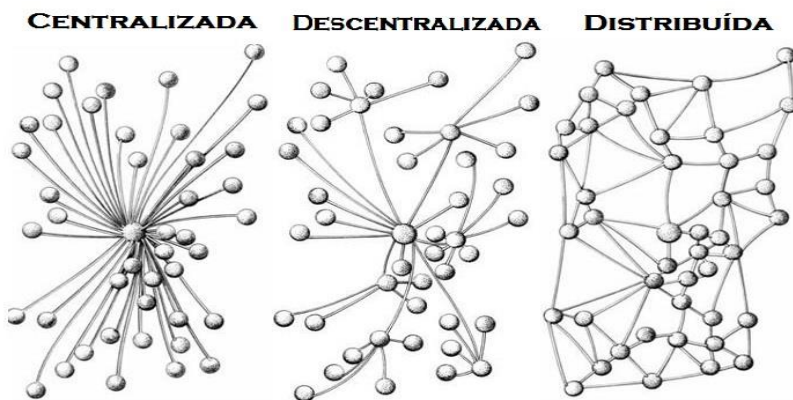
Nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas. Hoje o trabalho informal em rede é uma forma de organização humana presente em nossa vida cotidiana e nos mais diferentes níveis de estrutura das instituições modernas. [...] Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora do seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro tendo a rede como intermediária. (MARTELETO, 2001 p. 72)

Nos dias atuais as funções e processos sociais estão cada vez mais organizados em redes. Nas pequenas comunidades, organizações internacionais ou em instituições governamentais a rede tornou-se um fenômeno social importante e um irrefutável manancial de informação e poder.

Segundo Recuero (2009) quando conseguimos analisar as redes passamos a compreender “a criação das estruturas sociais; suas dinâmicas, tais como a criação de capital social e sua manutenção, a emergência da cooperação e da competição; as funções das estruturas e, mesmo, as diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos” (RECUERO, 2009, p.22). Para o presente estudo abordaremos a estruturação e a eficácia das redes.

Sobre a estruturação das redes, e as formas pelas quais as informações trafegam, pode-se identificar três tipos: centralizada, descentralizada e distribuída.

Figura 2 – Tipologia das Redes segundo Paul Baran



Fonte: Souza et al (2014)

As redes sociais centralizadas apresentam um ponto (centro) para o qual converge todo o fluxo de informação ficando facultado a este a distribuição e ou controle desta informação. Por sua vez as redes descentralizadas são caracterizadas pela existência de múltiplos pontos de convergência que se conectam entre si, compartilhando o controle e distribuição das informações. Já as redes distribuídas não possuem nenhum tipo de centro, o que permite a livre circulação das informações entre todos os participantes da rede. (SOUZA; SIMON, 2014 p. 315-316)

Os autores salientam ainda que “os três tipos de redes sociais podem coexistir, sendo determinante para o tipo da rede a maneira como as pessoas se conectam, ou seja, a dinâmica das conexões entre os nós e sua respectiva estrutura” (SOUZA; SIMON, 2014 p. 316).

Quanto a eficácia, conceito criado pela autora Leroy-Pineau (1994, p. 24, apud MARTELETO, 2001, p. 71) as redes se subdividem em uma dupla aplicação: utilização estática e utilização dinâmica.

A utilização estática explora a rede estrutura, ou seja, lança mão da ideia de rede para melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus nós e suas ramificações. [...]

[...] A utilização dinâmica explica a rede sistema, o que significa trabalhar as redes como

uma estratégia de ação no nível pessoal ou grupal, para gerar instrumentos de mobilização de recursos. (MARTELETO, 2001, p. 71)

Em resumo, utilização estática está para o pesquisador/estudo assim como a utilização dinâmica esta para o ator/objetivo/interesses.

3.1 REDES SOCIAIS NA GESTÃO PÚBLICA.

Nas mais diversas áreas da vida social pode-se ver a estrutura de rede mediando e aperfeiçoando os processos e otimizando os resultados. Concorre a este estudo, sem, contudo, querer esgotar o tema abordar a interação das redes na educação e na segurança pública.

O aprofundamento da democracia no Brasil tem exigido, dos órgãos e entidades públicas, a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade brasileira, com vistas à prestação de serviços públicos de melhor qualidade. No encalço de respostas as presentes exigências o governo federal, no ano de 2005, substituiu os Programas de Qualidade no Serviço Público e Programa de Desburocratização pelo Programa denominado GESPÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização). Este programa tem como objetivo contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do país (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 2005).

Um dos objetivos específicos do programa é “Promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética”. Dentre os Objetivos Gerenciais do Programa destacamos os seguintes:

- Promover a adesão das organizações públicas brasileiras ao Programa da Qualidade no Serviço Público;
- Promover a participação dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública;
- Sensibilizar os servidores para a participação no esforço de melhoria da qualidade pela gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão e à sociedade.

Ainda, na linha deste estudo, selecionamos algumas Estratégias do Programa:

- Promover a participação direta do cidadão por meio de pesquisa de satisfação, ouvidoria, conselhos e comitês;
- Mobilizar as organizações públicas, reconhecendo e premiando os bons resultados que demonstrem altos padrões de qualidade de serviços com redução de custos;
- Dar dimensão nacional ao Programa envolvendo todos os poderes e níveis de governo no desafio de construir um serviço público de qualidade;
- Dar ao programa uma ancoragem multisetorial e multiregional, estabelecendo parcerias com órgãos e entidades públicas e da sociedade, com programas regionais e setoriais voltados para a melhoria da gestão;
- Constituir parcerias e alianças estratégicas.

Neste pequeno recorde do programa GESPÚBLICA, podemos encontrar, com facilidade, a busca em formar redes sociais de apoio às novas estratégias de gestão governamental. Já nos objetivos específicos identificamos a intenção de construir uma gestão democrática e participativa o que só é possível com a formação de uma rede entre o Poder Executivo e os cidadãos brasileiros. Por sua vez, os objetivos gerenciais selecionados elencam quais são os autores que devem compor a rede: organizações públicas brasileiras, cidadãos, os servidores. E por fim as estratégias, citadas, trazem as formas eleitas para montar a desejada rede social.

3.1.1. Educação

Quanto utilização de redes na educação pública “sabe-se que as redes sociais podem melhorar a implementação de políticas públicas, tornando-as mais efetivas” (TROTTER, 1999; MARQUES, 2009, apud MARTINS, LOTTA, 2010, p. 844). Paulo Freire (1987) um dos mais renomados educadores do nosso país já concluiu que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.39). Neste mesmo sentido Souza e Simon (2014) interpretando Freire (1987) afirmam que a “construção de conhecimento ocorre por meio de relacionamentos e na interação entre os atores em ambientes de aprendizagem,

caracterizando-se por ser um processo dialógico” (FREIRE,1987 apud SOUZA e SIMON, 2014, p. 315)

3.1.2. Segurança

Sob a ótica da Segurança Pública colhida da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública elaborada com a temática “Redes sociais, mobilização e segurança pública”, em 2009, e de que as redes sociais e

os vínculos entre atores (indivíduos ou entidades) dos distintos segmentos envolvidos em uma determinada temática de políticas públicas devem ser dimensionados, já que as relações sociais atuam como verdadeiros canais de transmissão e acesso a recursos materiais e imateriais (a exemplo de informações e poder de influência) e possibilitam a coordenação de atividades, negociação e resolução de conflitos, articulação e formação de parcerias entre atores de um mesmo segmento (por exemplo, entre distintos órgãos gestores da segurança pública) e também entre atores de distintos segmentos (por exemplo, entre atores da sociedade civil e representantes dos trabalhadores). (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 1ª CONSEG, 2009, p.8)

A Conferência Nacional de Segurança Pública vem ao encontro das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que busca soluções para os problemas de segurança do país priorizando ações preventivas voltadas a participação social sem perder de vista as ações repressivas qualificadas, e a mobilização dos diversos atores direta e indiretamente envolvidos com a política de segurança pública na elaboração e execução das políticas.

A SENASP vem buscando o fortalecimento das redes sociais que agem em prol da Segurança Pública, os próprios Conselhos Comunitários de Segurança são exemplos de trabalho em rede na busca de uma comunidade mais segura.

3.2 REDES SOCIAIS DIGITAIS

Segundo Castells (2003, p.7, apud SOUZA, SIMON, 2014 p. 315) “a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informações energizadas pela internet”.

Na mesma linha Recuero (2009) fala das mudanças trazidas por esta formidável ferramenta.

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). (RECUERO, 2009, p. 22)

A ideia de interação mediada por computador remonta da década de 1970. É um dos conceitos mais antigos de comunidade digital é de Roward Rheingold que propôs a seguinte definição:

É um grupo de pessoas que pode ou não pode se encontrar pessoalmente, e que trocam palavras e ideias, através da mediação dos quadros de avisos de computadores e redes. Como qualquer outra comunidade, também é um conjunto de pessoas que aderem a um certo contrato social, e que compartilham determinados interesses. Geralmente tem um foco local geograficamente definido, e muitas vezes tem uma conexão para um domínio muito maior (RHEINGOLD, 2008, p. 03 apud SOUSA, 2013, p.80).

De acordo com Cruz (2010) mesmo se consideramos o percentual de exclusão digital e as desigualdades no acesso a internet ainda apresenta-se como o centro nervoso da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) e defini-a como o meio de comunicação interativo universal via computador da “*Era da Informação*”.

Como se percebe desde seu início a internet vem sendo usada como meio à Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) e manutenção de redes sociais digitais, mas esse meio teve sua eficácia

aperfeiçoada de forma exponencial com a mudança de paradigma da plataforma que Tim O'Reilly em Outubro de 2004 batizou de Internet 2.0 (COUTINHO e JUNIOR, 2007, p. 200) e definiu como:

[...]a mudança para uma Internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência colectiva. (O'Reilly, 2005 apud COUTINHO e JUNIOR, 2007, p. 200)

A chamada web social (devido à sua preocupação com a participação dos utilizadores) é uma das características mais relevantes da internet 2.0, pois faculta a utilização da rede global de forma colaborativa, permitindo ao usuário utilizar e criar informações no meio digital, levando ao compartilhamento massivo do conhecimento de todos e de cada sem um controle hierárquico ou centralizado.

Coutinho e Junior (2007, p. 200) elencam as principais características da internet 2.0:

- Interfaces ricas e fáceis de usar;
- Sucesso da ferramenta depende do número de utilizadores, pois os mesmos podem ajudar a tornar o sistema melhor;
- Gratuidade na maioria dos sistemas disponibilizados;
- Maior facilidade de armazenamento de dados e criação de páginas online;
- Vários utilizadores podem acessar a mesma página e editar as informações;
- As informações mudam quase que instantaneamente;
- Os sites/softwarees estão associados a outros aplicativos tornando-os mais ricos e produtivos e trabalhando na forma de plataforma (união de vários aplicativos);
- Os softwares funcionam basicamente online ou podem utilizar sistemas off-line com opção para exportar informações de forma rápida e fácil para a web;

- Os sistemas param de ter versões e passam a ser atualizados e corrigidos a todo instante, trazendo grandes benefícios para os utilizadores;
- Os softwares da web 2.0 geralmente criam comunidades de pessoas interessadas em um determinado assunto;
- A atualização da informação é feita colaborativamente e torna-se mais fiável com o número de pessoas que acede e atualiza;
- Com a utilização de “tags” em quase todos os aplicativos, ocorre um dos primeiros passos para a web semântica e a indexação correta dos conteúdos disponibilizados.

É no paradigma da internet 2.0 que os softwares que permitem a criação de uma rede social na internet como, por exemplo, os Blogs, o Hi5, Facebook, Messenger e outras ganham notoriedade e força e as redes sociais na internet explodem como uma ferramenta de extremo poder.

Segundo Weber (2011) As redes sociais na internet (RSIs) conseguiram aglutinar em um mesmo local, as mais diversas possibilidades de comunicação existente na web: “bate-papo, fóruns, comentários, troca de mensagens entre membros, quadro coletivo de recados, repositório de documentos, indexações personalizadas, entre outros” (WEBER, 2011, p. 62). Afirma ainda que reunindo todas as maneiras de se comunicar criou novas formas de relacionamentos o que fará das redes sociais na internet um meio sem igual e nunca antes visto com potencialidades inimagináveis.

Cruz (2010) por sua vez atenta para o fato de que os sites de redes sociais digitais não são a rede em si. O que o diferencia dos outros sites é que eles foram criados com o fim específico de criar redes sociais. Contudo a rede só se constitui com o uso desta ferramenta.

O que encontra eco em Recuero (2009)

Embora os sites de redes sociais atuem como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. Eles podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas. São os atores sociais, que utilizam essas redes, que constituem essas redes. (RECUERO, 2009, p. 101)

E nesta linha a autora dividiu os elementos das redes sociais em atores e conexões, onde estas são o meio utilizado e aqueles são as pessoas representadas pelos nós dos relacionamentos efetivados no ciberespaço.

Pode-se definir os sites de redes sociais como softwares com recursos que permitem que as pessoas convidem outras pessoas, com as quais possui ou deseja iniciar um relacionamento, a participar da sua rede, desenvolvendo uma rede social que herdará de seus participantes pontos de contatos com outras redes. “Enfim, são ambientes que possibilitam a formação de grupos de interesses que interagem por meio de relacionamentos comuns.” (TOMAÉL et al. 2005, p.95 apud CRUZ, 2010, p. 261).

Cruz (2010) continua, trazendo dados sobre o uso dos sites de redes sociais digitais, afirma que estes são os mais acessados no mundo e que “as estimativas indicam que dois terços da população online global participam de tais sites”. Traça ainda um paralelo entre o uso global e o brasileiro, onde “o uso dos sites voltados à formação de redes sociais virtuais é ainda mais intenso: aproximadamente 90% dos usuários brasileiros da Internet estão nessas redes e gastam nelas 23% do seu tempo online” (CRUZ, 2010, p.256).

Mas recentemente com o advento da internet móvel o potencial das redes sociais digitais cresceu exponencialmente, pois permite o contato contínuo entre seus participantes excluindo as limitações de tempo e espaço.

Lunardi, Dolci e Wendland (2013) afirmam que

A Internet e a telefonia móvel despontam concomitantemente pelo crescimento que têm alcançado nos últimos anos, tanto no Brasil como em outros países. Mais recentemente, destaca-se a integração dessas tecnologias, originando a Internet Móvel (IM). Usada em conjunto com outra tendência, a dos artefatos computacionais portáteis – como notebook, palmtop, smartphone e tablet –, é possível atingir níveis de conectividade com mobilidade nunca antes experimentados, o que vem despertando interesse nos meios acadêmico e empresarial. (LUNARDI; DOLCI; WENDLAND, 2013, p.681)

Os smartphones revolucionaram a comunicação em redes digitais, com programas específicos para cada função – aplicativos/apps – substituíram ou complementaram muitos sites de redes sociais e ainda criaram novos espaços digitais destinados apenas ao uso em aparelhos móveis.

3.2.1 Sites e aplicativos de redes sociais digitais

Existem inúmeros sites e aplicativos destinados a criar, manter ou participar de uma rede social. No presente estudo, contudo vamos nos ater a um grupo específico, o grupo que foi detalhado nos questionários de pesquisa: Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp.

3.2.1.1 Facebook

Foi criado por um estudante da Universidade de Harvard, Mark Zuckerberg, em 2004. No início era destinado apenas aos alunos das universidades, contudo devido ao grande potencial econômico que apresentou foi aberto a todos os públicos em 2006. O nome dessa rede decorre de um livro muito comumente utilizado nos Estados Unidos da América para fazer com que os alunos se conheçam uns aos outros. Vale notar, ainda, que qualquer pessoa que seja maior de treze anos pode criar a sua própria conta no Facebook.

No site oficial do Facebook/Brasil⁶ eles apresentam como sua principal missão dar às pessoas o poder de compartilhar informações, tornando o mundo mais aberto e conectado. Na busca por realiza-la facultam à bilhões de pessoas o compartilhamento ilimitado de fotos, links, vídeos permitindo que se conheça mais as pessoas com as quais você se relaciona.

Segundo Souza (2013, p. 93) o site de rede social Facebook não apresenta limite de caracteres nas suas postagens com texto, bem como para publicação de imagens, vídeos, áudios, links e localização. A autora ressalta ainda que é “possível também marcar os usuários nas publicações. Trata-se de um tipo de link: quando alguém é “marcado” significa que foi criado um link para o perfil desta pessoa” (Souza, 2013, p. 93). O que facilita a localização e o acesso de todos os

⁶ Informações Colhidas em https://www.facebook.com/FacebookBrasil?brand_redir=20531316728; Acessado em 23/01/2015

envolvidos nas postagens, inclusive é possível marcar cada participante de uma fotografia. Uma das formas de postagens é alterando o seu Status respondendo a pergunta do campo: “No que você está pensando?”. Segundo Santaella e Lemos (2010, p. 67 apud Souza, 2013, p. 93), “o Facebook tem um caráter mais privado, sendo caracterizado como um espaço que tem como foco a interação social entre os contatos pessoais.”.

No site, pode-se criar dois tipos de contas, o primeiro tipo é o destinados as pessoas físicas que criam um perfil de usuário, o segundo, que não estava disponível no início do, chama-se fanpage e são páginas direcionadas a empresas, organizações e marcas.

Após criar sua conta no site, os usuários têm praticamente um novo mundo pela frente, no qual podem trocar mensagens, fotos, atualizações automáticas em seu perfil e muito mais. Além disso, os usuários podem entrar em grupos de interesse, onde passam a conhecer outros usuários que queiram discutir ou simplesmente se identificam com os tópicos abordados. Dessa forma, os usuários vão aumentando seu círculo de amigos adicionando novas pessoas ao seu perfil de acordo com seus interesses, resultando em uma maior interação entre o usuário e seus amigos.

Os dados obrigatórios pra criar um perfil são nome, data de nascimento, gênero, endereço de e-mail e escolher uma senha. Todavia após é possível adicionar uma foto de perfil e de capa, além de informações sobre o local onde a pessoa já estudou e trabalhou, cidade onde mora e nasceu, religião, preferência política, idiomas e relacionamento afetivo. Há também um espaço para falar quem ele é e para colocar as citações favoritas. É possível marcar as pessoas da rede com as quais o dono do perfil tem algum vínculo (namorado, marido, mãe, pai, irmãos e primos), e adicionar filmes, programas de tv, músicas e livros favoritos. Há um espaço para álbuns de fotos, nos quais é possível marcar outros amigos da rede social e adicionar a localização (que vai para um mapa com todas as localizações marcadas do perfil).

3.2.1.2 Instagram

Criado em 2010 e adquirido pelo Facebook em 2012 o Instagram é um aplicativo de redes sociais de compartilhamento de fotos e vídeos mais populares do mundo. O aplicativo – disponível para Android, iOS e Windows Phone – é gratuito e fácil de usar e permite aos seus usuários tirar fotos e vídeos, aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter.

O criado por Kevin Systrom e Mike Krieger o serviço ganhou popularidade muito rapidamente, e em dois anos contava com mais de 100 milhões de usuários ativos. O Instagram é distribuído através da Apple App Store, Google Play e Windows Phone Store.¹⁰ O aplicativo foi originalmente disponível apenas para o iPhone, iPad e iPod Touch; em abril de 2012 foi adicionado suporte para Android's com câmera.

Atualmente para criar um perfil no Instagram, pode-se usar o perfil do Facebook ou informar um e-mail válido, criar um apelido (nome) e uma senha.

3.2.1.3 Twitter

O Twitter é um microblog, ou seja, apresenta características de blogs com redes sociais e mensagens instantâneas (SOUZA, 2013, p. 88).

Segundo o a site oficial o Twitter tem a seguinte missão: “Oferecer a todos o poder de criar e compartilhar ideias e informações instantaneamente, sem qualquer obstáculo.”⁷. Afirma, ainda, que: “O Twitter é a melhor maneira de se conectar com as pessoas, se expressar e descobrir o que está acontecendo.”⁸.

Criado em 2006 por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams destinava-se a troca de SMS entre os integrantes da Odeo, em São Francisco – EUA, contudo, foi aberto ao público em julho do mesmo ano. Atualmente o Twitter apresenta os seguintes números,

- a. Utilização do Twitter
 - i. 288 milhões de usuários ativos por mês;
 - ii. São enviados por dia 500 milhões de Tweets;
 - iii. Dos usuários ativos do Twitter, 80% estão no celular;
 - iv. Das contas, 77% estão fora dos EUA;
 - v. O Twitter oferece suporte a mais de 33 idiomas;
 - vi. São 3.600 funcionários em escritórios ao redor do mundo.

As postagens (os tweets) de texto no Twitter são limitadas 140 caracteres. Também é possível adicionar imagens, vídeos e a localização

⁷ Informações colhidas em <https://about.twitter.com/pt/company>; Acessado em 02/03/2015

⁸ Informações colhidas em <https://about.twitter.com/pt>; Acessado em 02/03/2015

da pessoa que está twittando (Geolocalização/Geotagging). (SOUZA, 2013, p. 89).

No Twitter os perfis são formados por seguidores (followers) e pessoas as quais você segue (following). Ou seja, não é algo mútuo, mas sim, unidirecional. Assim, uma pessoa pode seguir um determinado perfil, e não necessariamente, ser seguido por ele também, pois não há a necessidade de aprovar os seguidores, visto que por padrão, todas as contas do twitter são públicas. Contudo, é possível personalizá-las para privada. Nesse caso, só será possível seguir o perfil se o pedido de aprovação for aceito pelo proprietário da conta. Os tweets e as menções serão vistos apenas pelos seguidores aprovados. (SOUZA, 2013, p. 90).

Tudo o que uma pessoa posta (twitta) fica disponível para todos os seus seguidores no histórico da página inicial e também na linha de tempo de quem posta. As postagens (tweets) podem ser replicados (retweets), ficando acessível a todos os seguidores de quem replica a postagem.

Segundo Souza (2013) “no Brasil, o Twitter é a quarta rede social mais acessada depois do Facebook, do Youtube e Ask.fm, segundo levantamento da Serasa Experian divulgado em junho de 2013” ficando atrás apenas dos Estados Unidos em número de usuários.

3.2.1.4 WhatsApp

Segundo o Site oficial do aplicativo o “WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. Está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, e Nokia e sim, esses telefones podem trocar mensagens entre si!”⁹. O site ressalta ainda que WhatsApp Messenger usa o plano de dados de internet do seu smartphone e por isso não representa aumento de custo com a telefonia.

⁹ Informações colhidas em https://www.whatsapp.com/?l=pt_br, acessado em 14/04/2015

Caracteriza-se por ser um aplicativo de redes sociais, pois “além das mensagens básicas, os usuários do WhatsApp podem criar grupos, enviar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos e áudio”. (Site oficial - br). No ano de 2015 o aplicativo passou a contar com o serviço de ligação através de VOIP.

Em 2014 o Facebook comprou o Whatsapp, quando o aplicativo já possuía cerca de 600 milhões de usuários, pelo valor de US\$ 19 bilhões. Segundo o site Yahoo/Notícias o proprietário do Facebook, Zuckerberg, chegou neste valor com o seguinte raciocínio: “2 bilhões de dólares para a base de usuários do WhatsApp, 488 milhões para o “valor da marca”, 288 milhões pela tecnologia e 15,3 bilhões em valor de “goodwill”, ou o tal custo intangível.”¹⁰

Vale ressaltar que atualmente o aplicativo conta com mais de 700 milhões de usuários ativos e que segundo seu atual dono – Zuckerberg – é o único aplicativo que pode, a curto prazo, igualar o feito do facebook e ultrapassar o incrível número de um 1 bilhão de usuários.

¹⁰ Informações colhidas <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/pedro-burgos/whatsapp-que-foi-comprado-por-us-19-bilhoes-pelo-170751956.html> , acessado em 14/04/2015.

4 OS CONSEGS DO VALE DO ARARANGUÁ

O foco da pesquisa foram os CONSEGS da microrregião de Araranguá que é uma das microrregiões do estado brasileiro de Santa Catarina pertencente à mesorregião Sul Catarinense. A população do Vale do Araranguá, rio que dá nome a principal cidade e a microrregião, foi recenseada em 2010 pelo IBGE em 180.877 habitantes e está dividida em quinze municípios – Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo – com um território de área total de 2.962,214 km²

Todos os 15 (quinze) municípios do Vale de Araranguá já contaram com CONSEGS ativos e operantes, implementados por iniciativa conjunta das Polícias Militar e Civil. As informações obtidas junto à coordenadoria dos CONSEGS da região são de que atualmente apenas 11 (onze) desses estão ativos, todavia carecem de projetos e estão praticamente inoperantes, a maioria não desempenha seus papéis e os que desempenham o fazem de forma parcial e insatisfatória.

Alguns membros natos, policiais civis e militares que participam ou participaram dos conselhos em suas cidades, corroboram com a avaliação dos coordenadores. Um afirma que o CONSEG da sua cidade está ativo e dentro das suas limitações, atuante. Destaca que mesmo com o enfraquecimento dos últimos anos ainda realiza palestras à sociedade e distribui panfletos com temas preventivos. Outro relata que a comunidade não esta pronta para a filosofia de Polícia Comunitária e, embora um pouco mais preparados os próprios policiais ainda não a compreenderam. Explica que a cultura local impede uma real aproximação da comunidade e que as pessoas que participam do CONSEG na grande maioria das vezes buscam benefícios próprios – destaque político ou favores pessoais. Um terceiro diz que na teoria o CONSEG é bom, contudo na prática falta apoio do Estado, bem como envolvimento de mais representante da comunidade. Acredita que quando os CONSEGS se resumem a reuniões sem projetos não adianta muito.

Sobre a eficácia dos CONSEGS um dos coordenadores dos conselhos da região relata:

O Governo do Estado prioriza a quantidade de Conselhos e não a qualidade. Muitos dos Conselhos não alcançam seus

objetivos, são criados ou reativados, mas sua manutenção e resultados são insatisfatórios e inevitavelmente tendem a ser esvaziados e extintos. Nas cidades menores, devido à cultura de maior proximidade entre a polícia e a comunidade, obtêm-se resultados melhores e mais duradouros, contudo, longe de serem plenamente satisfatórios, e mesmo nestas cidades, na grande maioria das vezes, a vida dos Conselhos é cíclica, nascem atuantes e participativos e aos poucos sucumbem.

Para outro coordenador “os CONSEGs são um modelo falido e a filosofia de Polícia Comunitária precisa urgentemente de outro meio para propagar suas ideias e efetivar a participação democrática nas questões de segurança pública”.

Apenas um dos entrevistados, que já trabalha com os CONSEGs há diversos anos, divergiu um pouco dos outros. Para ele seria necessário que a Polícia Militar de Santa Catarina dispusesse de homens destacados com a única missão de realizar as tarefas relativas aos CONSEGs. Afirma que a falta de tempo do policial, submerso em uma carga exagerada de trabalhos diversos, o impede de desprender a atenção necessária à manutenção adequada dos Conselhos e manter o contato contínuo com a comunidade. Segundo ele ter policiais dedicados única e exclusivamente para a questão dos CONSEGs, seria suficiente para a obtenção dos resultados esperados pelos conselhos.

Os outros não acreditam nisso, afirmam que a comunidade não está pronta ou não se interessa pelos conselhos como podemos verificar nestas declarações:

Temos o exemplo de um bairro em Araranguá – cidade sede do 19º Batalhão – no qual foi tentando iniciar um novo Conselho, identificaram-se as lideranças da comunidade e efetuaram-se convites para uma primeira reunião e ninguém apareceu.

Desacredito completamente na capacidade dos CONSEGs de ser o meio pela implementação da filosofia comunitária. Na minha cidade a PM fez todo um trabalho para formar um CONSEG que foi eleito e empossado e dentro de meses estava extinto.

Foi relatado também o problema da falta de continuidade no tratamento das necessidades apresentadas pela comunidade, devido ao grande intervalo de tempo entre uma reunião e outra e a completa ausência de contato entre os conselheiros neste período. Um entrevistado ressaltou que “reuniões mensais não são suficientes para discutir as necessidades da comunidade, pois elas são muitas e complexas”. Defendeu “reuniões, no mínimo semanais entre a diretoria do CONSEG e uma mensal com toda a comunidade, na qual seriam apresentadas as ações do conselho”.

Todavia, sobre a eficácia da filosofia de Polícia Comunitária as respostas de todos os entrevistados foram unânimes e ficam bem representadas pela manifestação de um dos coordenadores entrevistados:

A Filosofia de Polícia Comunitária é a uma evolução na busca de uma Segurança Pública mais democrática e participativa e retornar aos modelos antigos de polícia seria um retrocesso e até mesmo impraticável.

Quando questionados sobre o uso das TICs pelos conselhos a grande maioria relatou que não utilizavam nenhum tipo de tecnologia, que o contato entre os conselheiros era presencial e apenas nas reuniões mensais. Até mesmo as convocações para as reuniões eram feitas por telefone ou presencialmente. Apenas dois conselhos se valiam de alguma tecnologia digital como facilitadora de suas funções, um utilizava e-mail como forma de comunicação e o outro fazia uso de um blog, no qual postavam notícias e as datas das reuniões, mas atualmente o blog esta desativado.

As respostas a não utilização das TICs são bem variadas, alguns afirmam que os conselheiros não tinham acesso às tecnologias, outros simplesmente não pensaram na utilização dessas ferramentas e ainda tem aqueles que depositam o não uso a falta de organização por parte dos conselhos.

Em meio às entrevistas alguns despertaram para o potencial do uso das TICs, como relatou um dos coordenadores da região:

As tecnologias são sempre úteis e no presente caso são mais que necessárias. Devido à carência de efetivo frente à demanda de ocorrências o que dificulta o contato contínuo entre a comunidade e o policial. Os meios digitais facilitariam a continuidade deste contato.

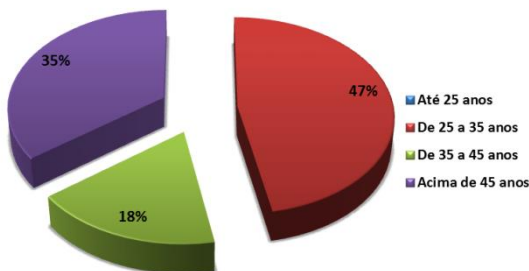
Outro coordenador citou o fato de que a formação dos Conselheiros Municipais da Defesa Civil é em ambiente virtual, por EAD. E disse que vê “as novas tecnologias de informação e comunicação como uma ferramenta adequada a otimizar os CONSEGs e talvez até mesmo como uma substituta mais eficiente”. Mas todos os outros acreditam que o contato direto em reuniões mensais não deve ser extinto, deve-se, sim, buscar novos meios de apoio para fortalecê-lo.

4.1 PERFIL DOS CONSELHEIROS

Para identificar as causas dos problemas levantados durante as entrevistas o questionário aplicado aos conselheiros buscou traçar um perfil desses.

A primeira coisa constatada foi que a grande maioria dos conselheiros, 76%, é do sexo masculino e na divisão por faixa etária temos uma predominância daqueles com idade entre 25 e 35 anos e a ausência de conselheiros com menos de 25 anos.

Figura 3 – Conselheiros por faixa etária.

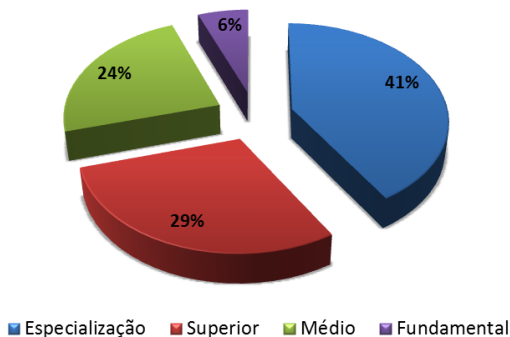


Fonte: Elaboração do autor.

O grau de instrução dos conselheiros, também foi alvo de investigação e demonstrou que 29% possuem educação superior e 41%, um percentual expressivo, possuem grau de especialista. Somando esses

dois índices observasse que 70% dos conselheiros possuem grau de estudo acima do nível superior

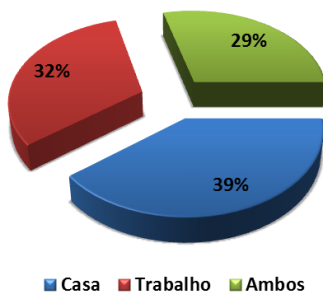
Figura 4 – Conselheiros por grau de instrução.



Fonte: Elaboração do autor.

Quanto ao acesso internet e a utilização de e-mail o dados foram idênticos, 94% possuem acesso à internet e e-mail pessoal. Sobre os locais onde acessam a internet percebe-se uma pequena prevalência de acesso em casa, mas um número significativo de conselheiros possui acesso à internet apenas no trabalho.

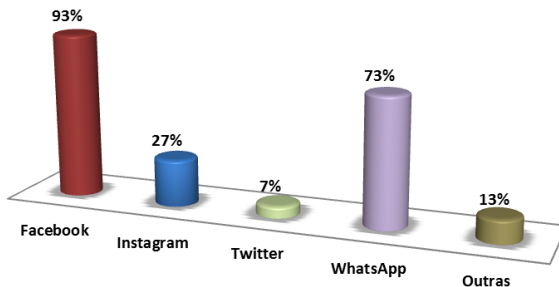
Figura 5 – Conselheiros por locais onde acessam a internet.



Fonte: Elaboração do autor.

A participação nas de redes sociais em meio digital é praticada por 88% dos conselheiros. E dentre estes se revelou um predomínio do uso do Facebook e do Whatsapp.

Figura 6 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos conselheiros.



Fonte: Elaboração do autor.

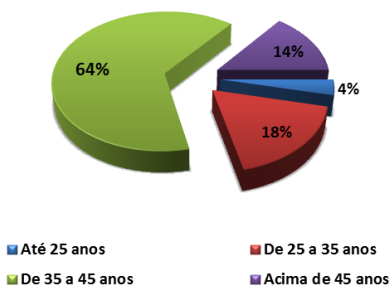
4.2 PERFIL DOS DIRETORES DAS ESCOLAS

Na busca de medir a eficácia dos meios pelos quais a Filosofia de Polícia Comunitária se vale para propagar e difundir seus ideais foram aplicados questionários nos diretores das escolas atendidas pelo projeto Gestão de Segurança Pública. Este projeto tem base na Filosofia de Polícia Comunitária e atende as escolas públicas e privadas da cidade de Araranguá e ainda algumas ONGs de cunho educacional desde fevereiro de 2013, ou seja, há dois anos.

Os questionários foram aplicados pelos policiais que trabalham no projeto e conseqüentemente mantêm um contato constante com as diretoras, no mínimo duas vezes por semana. Os aplicadores foram orientados não fornecerem nenhuma outra informação além daquelas contidas nos enunciados dos questionários, para não influenciarem as respostas.

As respostas revelaram que 86% na verdade são diretoras, pois apenas 14% dos participantes são do sexo masculino. Sobre a faixa etária pode-se constatar que a grande maioria tem idade entre 35 e 45 anos de idade e apenas 01 (um) participante afirmou ter idade menor que 25 anos.

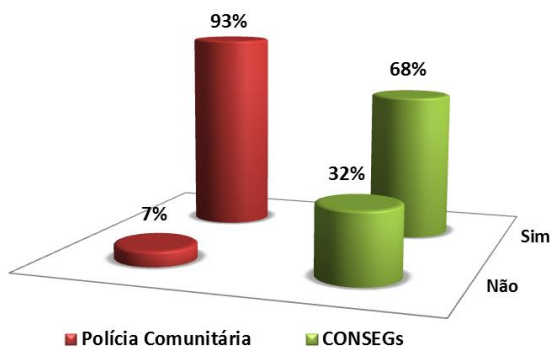
Figura 7 – Diretores das escolas por faixa etária



Fonte: Elaboração do autor.

Os diretores também foram questionados se conheciam a Filosofia de Polícia Comunitária e os Conselhos Comunitários de Segurança. Apenas 7% dos participantes não conheciam a Filosofia de Polícia Comunitária, o que ainda é um percentual elevado tendo em vistas que todos eles participam há mais de dois anos de um projeto embasado em tal filosofia. O conhecimento sobre os CONSEGs é ainda menor, como podemos ver na figura n° 7.

Figura 8 – Percentual dos diretores conhecedores dos CONSEGs e Polícia Comunitária.

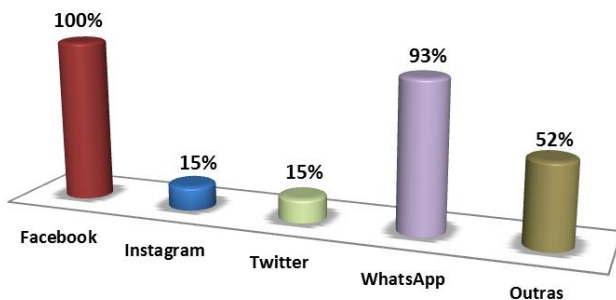


Fonte: Elaboração do autor.

A segunda parte do questionário tem como finalidade verificar qual é o grau de participação dos diretores nas redes sociais digitais e quais são as mais utilizadas por eles. A pesquisa revelou que a participação em tais redes é maciça, como 96% de adeptos entre os diretores.

Dentre aqueles que acessam as redes sociais digitais percebe-se um maior interesse pelo Facebook com 100% de adesão.

Figura 9 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos diretores.

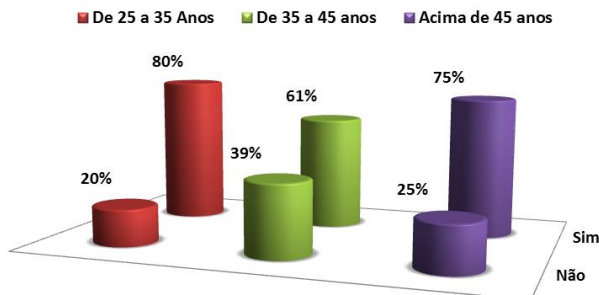


Fonte: Elaboração do autor.

Os diretores também foram separados e suas respostas analisadas pela faixa etária, desconsiderando aquele único que tem menos de 25 anos. De pronto já se constata que o grupo mais numeroso, de 35 até 45 anos, é o que tem maior percentual de diretores que não conhecem a Filosofia de Polícia Comunitária, 11%. Entre os mais novos, de 25 até 35 anos, e entre os mais velhos, acima de 45 anos, todos afirmaram conhecer a Polícia Comunitária.

Quanto aos que conhecem os CONSEGs o grupo mais numeroso conta com 61% de participantes que afirmam conhecê-los, sendo o grupo que apresenta o menor percentual de conhecedores dos Conselhos Comunitários de Segurança, seguido pelos mais velhos e logo depois pelos mais jovens com uma diferença de por cinco pontos percentuais.

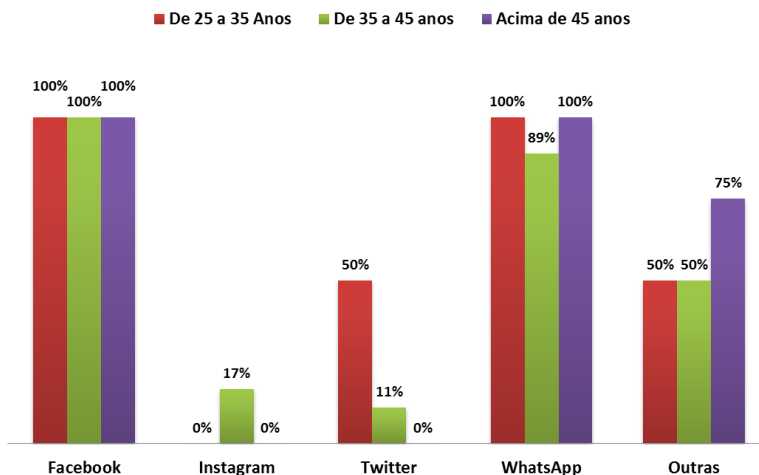
Figura 10 – Percentual dos professores conhecedores dos CONSEGs por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

A participação em redes sociais também demonstrou diferentes preferências entre as faixas etárias. O primeiro ponto que se destaca é que o percentual dos que não utilizam redes sociais digitais se concentra apenas no grupo dos mais jovens, sendo 20% destes. O Facebook e o WhatsApp aparecem com as principais redes sociais digitais em todas as faixas etárias.

Figura 11 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos diretores por faixa etária.



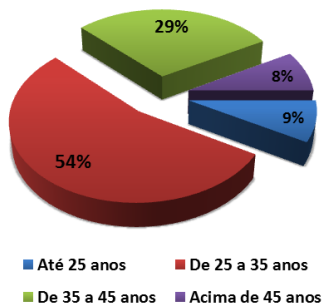
Fonte: Elaboração do autor.

4.3 PERFIL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

O mesmo questionário aplicado aos diretores das escolas foi aplicado em outro grupo; os trabalhadores dos comércios que participam do projeto Gestão de Segurança Pública nos Comércios. Assim como o projeto de Gestão de Segurança Pública nas Escolas o projeto voltado aos comércios de Araranguá e fundamentado na Filosofia de Polícia Comunitária. A principal diferença entre os projetos é o tempo de execução enquanto aquele já tem dois anos com as mesmas escolas este tem apenas um ano. Assim podemos mensurar o potencial da eficácia dos meios pelos quais a Filosofia de Polícia Comunitária se acode, no Vale do Araranguá, em relação ao tempo de execução do meio (projeto).

Os participantes do sexo masculino são maioria com 67% e os com idade entre 25 e 35 anos também, com 54%.

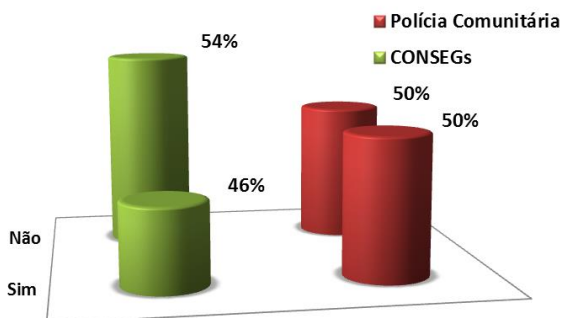
Figura 12 – Trabalhadores do comércio por faixa etária



Fonte: Elaboração do autor.

O percentual dos participantes que não conhecem a Filosofia de Polícia Comunitária e os CONSEGs foi surpreendente, pois todos os entrevistados passaram por um ciclo de palestras sobre Polícia Comunitária que constitui o treinamento pré-requisito à participação do projeto.

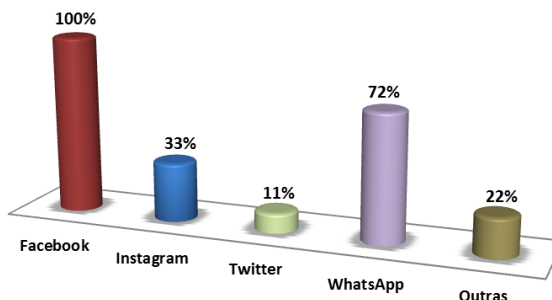
Figura 13 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGs e Polícia Comunitária.



Fonte: Elaboração do autor.

Quanto a participação nas redes sociais digitais os trabalhadores do comércio apresentam o menor índice de adesão 75%. Contudo as redes sociais digitais mais acessadas não divergem muito dos outros grupos, ou seja, o Facebook é o favorito seguido do Whatsapp.

Figura 14 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio.

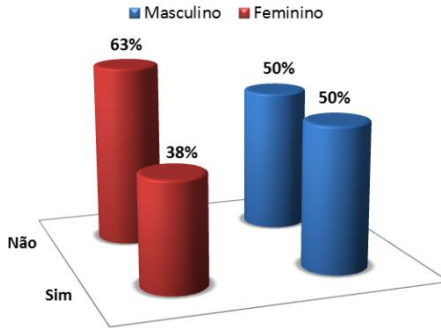


Fonte: Elaboração do autor.

Os dados dos trabalhadores do comércio foram divididos em subgrupos filtrando suas respostas por sexo e faixa etária.

Os trabalhadores do comércio do sexo masculino apresentam um maior número de integrantes que conhecem os CONSEGs.

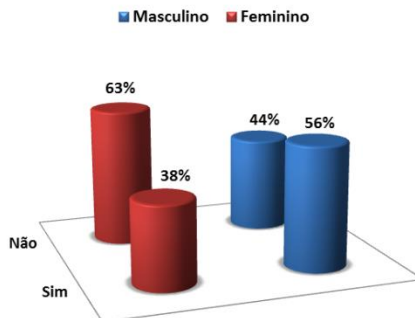
Figura 15 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGS por sexo.



Fonte: Elaboração do autor.

Sobre os que conhecem a Filosofia de Polícia Comunitária os índices das mulheres permanecem os mesmos em relação aos CONSEGS e entre os homens temos um crescimento de seis pontos percentuais daqueles que afirmam conhecer os CONSEGS.

Figura 16 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por sexo.

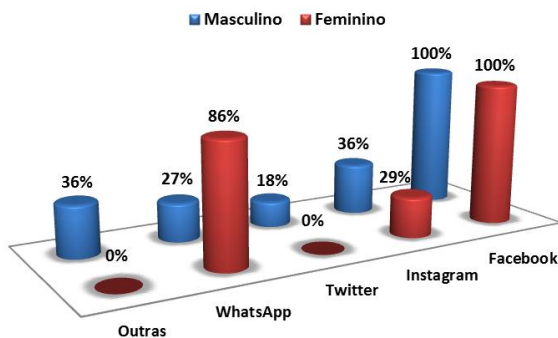


Fonte: Elaboração do autor.

Quanto a participação em redes sociais digitais os percentuais se invertem e as mulheres despontam com mais adeptas a uso dessas

tecnologias com 88% delas afirmando que participam de alguma rede social digital contra 69% dos homens. Por outro lado os homens são mais ecléticos quanto a escolha das redes, e o Facebook continua sendo a rede preferida independente do sexo, como vimos na figura nº 17.

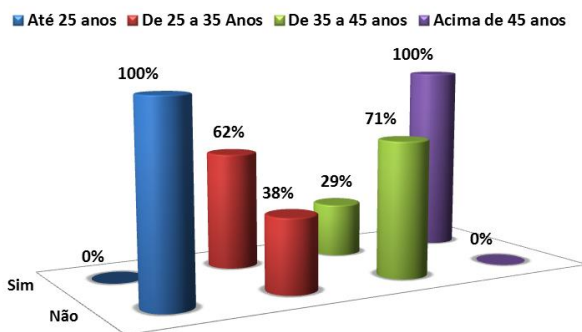
Figura 17 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio por sexo.



Fonte: Elaboração do autor.

Quando agrupados por faixa etária percebe-se que os mais novos, com idade abaixo dos 25 anos, são aqueles que estão mais distante da Filosofia de Polícia Comunitária.

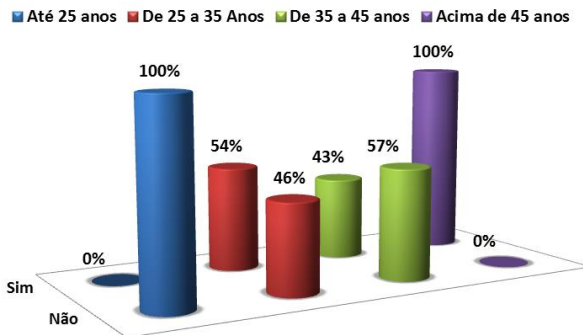
Figura 18 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

O percentual de conhecimento dos CONSEGs é muito semelhante, zero nos mais novos, sob naqueles com idade entre 25 e 35 anos, diminui entre os que possuem idade entre 35 e 45 anos e chega no melhor percentual entre aqueles com mais de 45 anos.

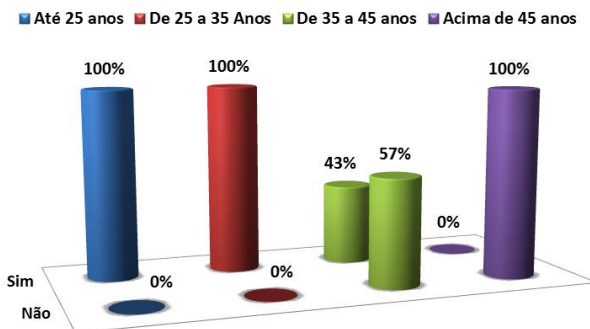
Figura 19 – Percentual dos trabalhadores do comércio conhecedores dos CONSEGs por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

A participação em redes sociais digitais vai, exatamente, no sentido oposto, quanto mais jovem, maior é a adesão a este tipo de tecnologia.

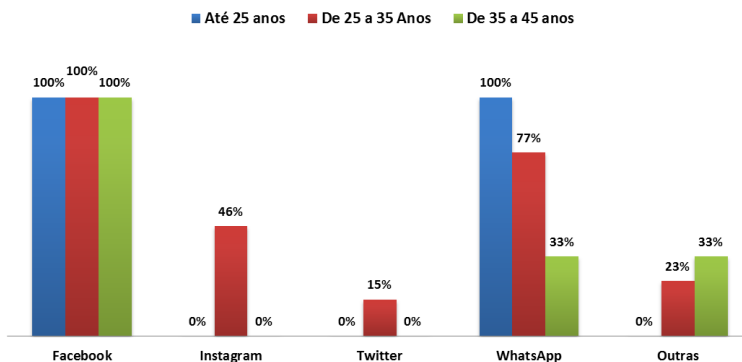
Figura 20 – Percentual dos trabalhadores do comércio que participam de redes sociais digitais por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

Quanto a preferencia entre as redes sociais digitais novamente temos um predomínio absoluto do Facebook seguido pelo Whatsapp. Outro ponto importante, que se pode destacar, é que o grupo com idade entre 25 e 35 anos   o que participa de mais redes diferentes ao mesmo tempo, possuindo representante em todas as redes pesquisadas.

Figura 21 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos trabalhadores do comércio por faixa etária.



Fonte: Elabora o do autor.

4.4 PERFIL DOS PEDESTRES

Além do alcance dos meios utilizados pela Filosofia de Polícia Comunitária junto aos grupos que participam de projetos nela embasados, também se fez necessário avaliar os resultados por ela obtidos junto às pessoas que não possuem nenhum contato direto com qualquer a o ou projeto da referida filosofia.

A forma escolhida para tal foi aplicar questionários de investiga o nos pedestres que transitavam na Avenida Getúlio Vargas, entre as Avenidas Sete de Setembro e Avenida XV de Novembro, no trecho conhecido como “Calçadão”, principal zona comercial da cidade de Araranguá.

A aplica o dos questionários ocorreu entre os dias 15 e 25 de dezembro e os participantes foram escolhidos de forma aleatória, sem nenhum filtro preestabelecido. Destaca-se que os aplicadores dos questionários foram os Policiais Militares que efetuavam o policiamento ostensivo no local, sendo que eles foram instruídos a não auxiliarem ou

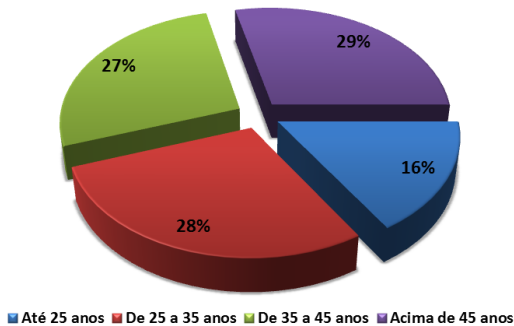
tirarem dúvidas dos participantes, deixando tal tarefa aos enunciados das questões, garantindo imparcialidade nas respostas.

Outro ponto que devemos considerar é o de que não foram aplicados filtros na escolha dos participantes, por esse motivo poderemos ter entre os entrevistados, pessoas que sejam atendidas por algum projeto embasado na Filosofia de Polícia Comunitária e até mesmo Conselheiros Comunitários. Ainda temos a questão da condição econômica e dos participantes, pois a pesquisa foi feita em uma área frequentada por pessoas mais abastadas, o que vai influenciar nas questões voltadas para o acesso e participação das redes sociais digitais.

O questionário foi o mesmo aplicado aos trabalhadores do comércio e aos diretores de escolas. O que se pode constatar de início foi um equilíbrio entre os participantes quanto ao sexo sendo que 54% foram homens e 46% mulheres, praticamente meio a meio.

Quanto a faixa etária o grupo com idade inferior a 25 anos foi a minoria com 16% os outros grupos apresentaram quase o mesmo percentual de participantes, com diferença de 01 (um) ponto percentual entres os grupos.

Figura 22 – Pedestres por faixa etária



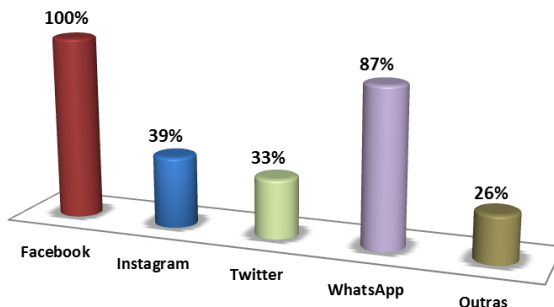
Fonte: Elaboração do autor.

O percentual dos que conhecem a Filosofia de Polícia Comunitária, com 25% dos participantes, não divergiu muito do percentual dos que conhecem os CONSEGs, com 21%.

Quanto ao acesso e participação nas redes sociais digitais a grande maioria, 82%, relatou participar de ao menos uma dessas. O Facebook, a exemplo de todos os outros grupos analisados, aparece

como a rede social digital preferida entre os adeptos dessa tecnologia com 100% de aceitação, seguindo pelo WhatsApp com 87% de adesão.

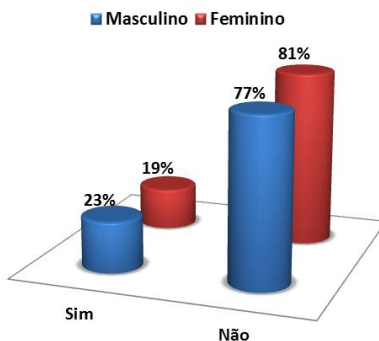
Figura 23 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres.



Fonte: Elaboração do autor.

Quando separamos as respostas dos pedestres utilizando como filtro o sexo dos participantes percebemos que os homens que conhecem a Filosofia de Polícia Comunitária, com 27%, são mais numerosos que as mulheres, com 23%. Esta diferença, de 04 (quatro) pontos percentuais, se repete quando o quesito avaliado é o número de conhecedores dos CONSEGs.

Figura 24 – Percentual dos pedestres conhecedores dos CONSEGs por sexo.

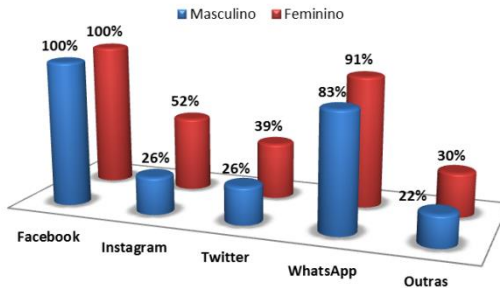


Fonte: Elaboração do autor.

As mulheres são maioria quando a questão é o acesso e participação de redes sociais digitais, sendo que 88% das participantes afirmaram participar ao menos de uma rede social digital, uma superioridade de (onze) pontos percentuais em relação aos homens.

Entre os que participam das redes notou-se uma preferência majoritária pela rede social digital Facebook, seguido de perto pelo Whatsapp. Constatou, também, que as mulheres participam de mais redes ao mesmo tempo, pois em todas as redes pesquisadas elas apresentam maior índice de adesão.

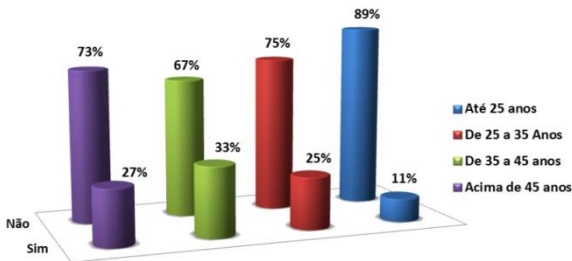
Figura 25 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres por sexo.



Fonte: Elaboração do autor.

Os participantes também foram analisados pela faixa etária o que revelou que os pedestres mais novos são os que apresentam menor número de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária.

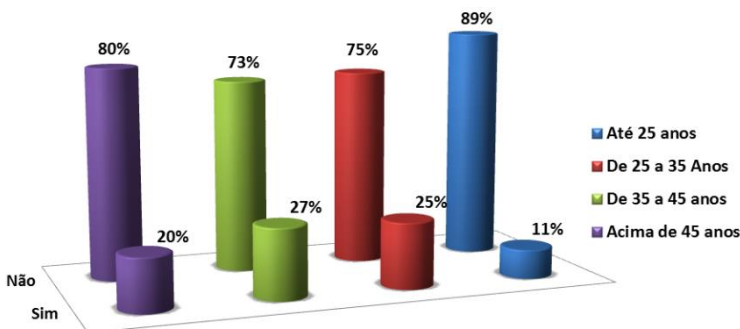
Figura 26 – Percentual dos pedestres conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

Quanto ao conhecimento dos CONSEGs os percentuais são bem parecidos com os do conhecimento da Filosofia de Polícia Comunitária, mais baixo naqueles com menos de 25 anos, sobe gradativamente, chegando no ponto mais alto com participantes com idade entre 35 e 45 e tende a cair entre aqueles com mais de 45 anos, sem cair ao ponto dos mais novos, mas aparece como o segundo sub grupo com menos participantes que afirmam conhecer os CONSEGs.

Figura 27 – Percentual dos pedestres conhecedores dos CONSEGs por faixa etária.

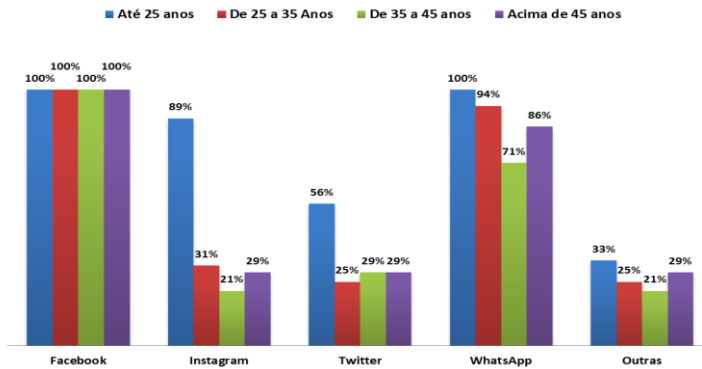


Fonte: Elaboração do autor.

O acesso e participação em redes sociais digitais, ao contrário dos dois últimos pontos avaliados, é muito mais expressivo entre os jovens. Todos com idade inferior a 35 anos afirmaram participam de pelo menos uma rede social digital. Entre aqueles com idade entre 35 e 45 anos apenas 7% dos participantes afirmaram que não são adeptos ao uso das redes sociais digitais, já entre os participantes com mais de 45 anos a adesão a esta tecnologia cai consideradamente, e conto com a adesão de apenas 44% dos participantes.

O que difere os mais novos, com idade abaixo de 25 anos, dos com idade entre 25 e 35 anos e dos com idade entre 35 e 45 anos, não é o número de integrantes das redes sociais, mas sim a quantidade redes que estes acessam. Enquanto os outros sub grupos concentram suas participações no Facebook e Whatsapp, os mais jovens participam maciçamente do Instagram, com 89% de adesão e ainda são apresentam o maior índice de usuários do Twitter com 56% de adesão, quase o dobro do segundo lugar com que apresenta 29% de adesão.

Figura 28 – Principais sites/aplicativos de redes sociais acessados pelos pedestres por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados de cada um dos grupos – conselheiros, diretores de escolas, trabalhadores do comércio e pedestres – mesmo isoladamente, já nos trazem uma série de informações. Que sevem de respostas aos problemas levantados durante às entrevistas com os conselheiros e coordenadores dos CONSEGs do Vale do Araranguá.

O primeiro questionamento que surgiu, frente ao fato de que apenas um conselho fez uso, por curto período, de um blog, e todos os outros afirmaram que não utilizam nenhuma tecnologia de informação ou comunicação como meio facilitador das suas tarefas, foi: Seria a falta de acesso à internet o óbice à utilização das TICs pelos CONSEGs?

Como 94% dos conselheiros declaram possuir acesso à internet, tanto em casa (68%), quanto no trabalho (61%), sendo que quase um terço (29%) dos entrevistados possuem acesso em ambos os locais, a resposta rutilou-se; o acesso à internet não é o óbice à utilização das TICs como ferramenta de apoio aos CONSEGs.

Outro ponto constatado foi que nenhum dos conselhos utiliza as redes sociais digitais para divulgar suas ideologias e ações, e a questão que este ponto iça é: Os conselheiros são usuários ou conhecedores das redes sociais digitais?

A utilização de tais redes por parte dos conselheiros se mostrou expressiva, com 88% de adesão à tecnologia, sendo a rede mais acessada o Facebook, seguindo pelo Whatsapp.

Faltava ainda mensurar o grau de instrução dos conselheiros, para poder traçar um paralelo com a capacidade de compreender as redes sociais digitais, principalmente no que tange ao potencial destas em facilitar a divulgação de ideias e projetos gratuitamente.

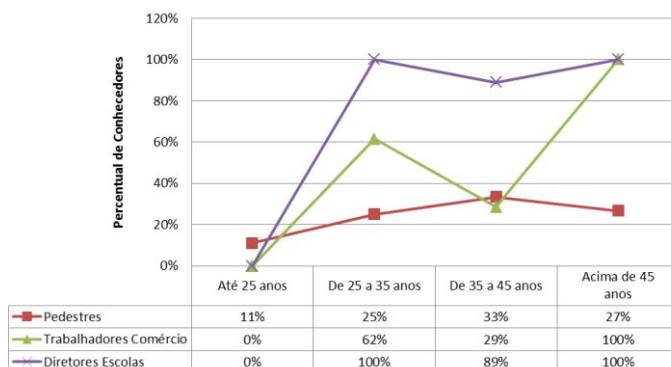
O grau de instrução dos conselheiros revelou-se alto, pois a grande maioria (70%) possui no mínimo ensino superior, aqueles com ensino fundamental são a minoria (6%). Diante de tão elevado grau de instrução fica claro que a capacidade de compreender a ferramenta “redes sociais digitais” de forma razoável, não seria o problema que mantém os CONSEGs distante destas.

Outro ponto levantado foi o baixo número de participantes nos CONSEGS. Nas palavras de um conselheiro de Praia Grande.

A representatividade do CONSEG de Praia Grande é muito baixa, pois apenas 05 (cinco) ou 6 (seis) pessoas frequentam as reuniões e todas elas são da área central, ou seja os outros bairros não contam com nenhum representante

Na busca de respostas para este problema foi pesquisado o percentual de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária entre os grupos de não conselheiros, através das seguintes perguntas colocadas nos questionários: a. Você sabe o que é Polícia Comunitária? b. Você sabe o que são os CONSEGs – Conselhos Comunitários de Segurança?

Figura 29 – Conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária agrupados por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

Considerando as diferenças entre os grupos pesquisados, podemos verificar que ao serem atendidos por projetos embasados na Filosofia de Polícia Comunitária os diretores de escolas e os trabalhadores do comércio adquirem maior conhecimento da filosofia. E ainda o tempo de continuidade e permanência no projeto é determinante para adquirir tal conhecimento.

A distribuição dos conhecedores pelas diversas faixas etárias apresenta diferenças consideráveis, nos três grupos pesquisados os mais jovens com idade abaixo de 25 anos, apresentam o menor percentual de conhecedores da filosofia. Os pedestres possuem maior número de conhecedores naqueles com idade entre 35 e 45 anos, seguido de perto pelos com idade acima de 45 anos. Os outros dois grupos apresentam uma evolução semelhante e diferenças mais acentuadas entre as faixas etárias, não possuem conhecedores jovens com idade inferior a 25 anos, nos com idade entre 25 e 35 anos apresentam percentual considerável de conhecedores. No grupo dos diretores de escolas depois dos 25 anos de idade não existe muita variação, já nos trabalhadores do comércio os conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária com idade entre 35 e 45 anos são metade daqueles com idade entre 25 e 35 anos e um terço daqueles com idade acima de 45 anos.

Quando cruzamos os dados dos conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária dos grupos de não conselheiros com a distribuição dos conselheiros entre as faixas etárias verifica-se uma grande semelhança.

Figura 30 – Não conselheiros conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e conselheiros agrupados por faixa etária.



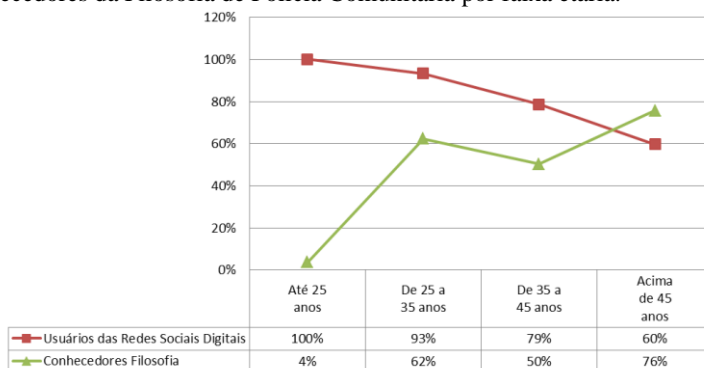
Fonte: Elaboração do autor.

Ao cruzarmos e analisarmos tais dados chega-se a duas deduções lógicas. A primeira é a de que a Polícia Comunitária não possui meios eficientes para difundir sua filosofia entre os jovens com menos de 25 anos e a segunda é a que a capacidade dos CONSEGs de conselheiros está diretamente ligada à capacidade da Filosofia de Polícia Comunitária em se fazer conhecer.

A pergunta referente aos CONSEGs – Você sabe o que são os Conselhos Comunitários de Segurança? – também foi analisada e as respostas foram praticamente idênticas as dos conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária o que vem ao encontro das deduções alcançadas.

Por outro lado, com o fito de verificar se as redes sociais digitais seriam um canal eficiente para a difusão da Filosofia de Polícia Comunitária, principalmente àqueles que, atualmente, ela não consegue alcançar, foram cruzados os dados dos grupos de não conselheiros, comparando o número de participantes das redes sociais digitais com o número de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária, agrupando-os por faixa etária.

Figura 31 – Comparativo do percentual dos usuários de redes sociais digitais e conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por faixa etária.



Fonte: Elaboração do autor.

Antes de analisar os dados é importante salientar que o grupo dos diretores de escolas possui apenas um integrante com mesmo de 25 anos de idade, o que impossibilita a análise dos dados desse grupo na referida faixa etária e por este motivo tais dados foram retirados quando se calculou a média percentual dos jovens.

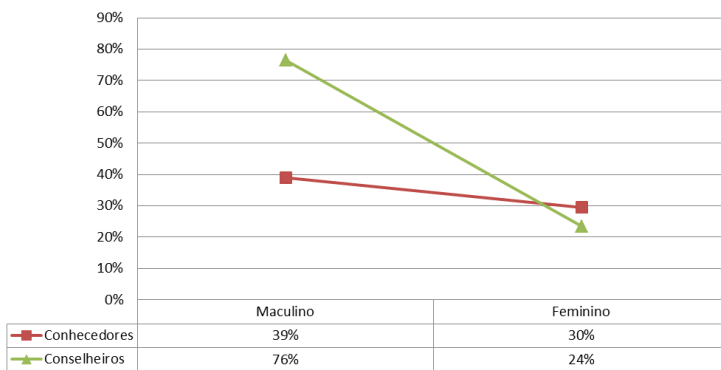
Feito a ressalva referente ao grupo dos diretores de escolas, pode-se afirmar que a participação em redes sociais digitais pelos jovens com

menos de 25 anos e inversamente proporcional ao conhecimento que estes possuem sobre a Filosofia de Polícia Comunitária. Na medida em a idade aumenta o percentual de usuários de redes sociais digitais diminui. O percentual de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária apresenta evolução contrária, tendo seu apogeu entre aqueles com idade superior aos 45 anos, mas não evolui de forma linear, embora se mantendo muito parecido naqueles com idade entre 25 e 45 anos.

Durante a análise dos dados dos questionários, verificou-se que apenas 24% dos conselheiros são mulheres e para investigar isto os dados dos conselheiros e os dados dos conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e conhecedores dos CONSEGs foram cruzados usando como filtro o sexo dos participantes.

A diferença percentual entre conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e dos CONSEGs, mesmo filtrada pelo sexo dos participantes, demonstrou-se insignificante e a variação entre os grupos de não conselheiros se mostrou praticamente a mesma, o que permitiu fazer uma média geral dos conhecedores e compará-la com os dados dos conselheiros.

Figura 32 – Não conselheiros conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária / CONSEGs e conselheiros agrupados por sexo.



Fonte: Elaboração do autor.

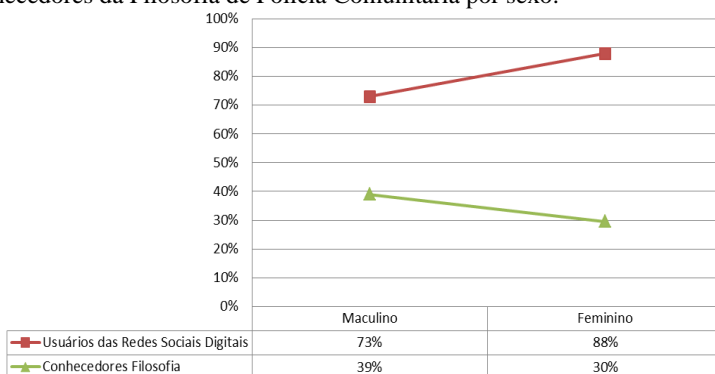
O grupo dos diretores de escolas foi ignorado, no gráfico acima, devido ao fato que 86% dos seus participantes são do sexo feminino o que inviabiliza o uso de tais dados em uma comparação entre sexos.

Enquanto a diferença entre os homens e mulheres conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e CONSEGs é de 9% a mais para os homens, a diferença entre os gêneros dos conselheiros é de 52% a mais

para os homens. Pode-se deduzir, então, que a diferença entre os gêneros dos conselheiros, não se assenta, isoladamente, na capacidade de se fazer conhecer da Filosofia de Polícia Comunitária e dos CONSEGS.

Novamente, com o fito de avaliar a utilização das redes sociais digitais como sanadora da diferença entre os gêneros dos conselheiros, cruzou-se os dados dos grupos de não conselheiros, comparando o número de participantes das redes sociais digitais com o número de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária, agrupando-os por sexo.

Figura 33 – Comparativo do percentual dos usuários de redes sociais digitais e conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária por sexo.



Fonte: Elaboração do autor.

Os dados são claros, as mulheres, gênero que apresentam o menor percentual de conhecedoras da Filosofia de Polícia Comunitária/CONSEGS, são as mais adeptas a participação em redes sociais digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por segurança foi um dos motores que levaram os homens a viverem em grupos, ou seja, a segurança tem papel significativo na formação da vida em sociedade.

Viver em sociedade – pequenos grupos – gerava proteção contra algum inimigo externo, contudo, exigiam que certas regras, necessárias à sobrevivência do grupo, fossem observadas. Alguns componentes do grupo receberam a competência para policiar o cumprimento das regras sociais, nascia ali o embrião do que hoje chamamos de Polícia (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

A polícia a longo do tempo desempenhou seu papel das mais variadas formas. Na democracia grega, a polícia foi pouco utilizada (necessária), na república romana, se fez grande uso das forças policiais para manter a ordem na megalópole Roma. Já no período absolutista da Idade Média a polícia – forças militares do monarca – se distanciou significativamente do povo e da sua função original. Sob a vontade do poder da igreja ou do monarca as ações da polícia visavam única e exclusivamente a “[...] *manutenção do poder, a defesa territorial e a intimidação do povo para que não se insurgissem contra [...] os monarcas, nem contra os dogmas da Santa Igreja.*” (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 24). Apenas na Londres de 1829 a polícia reaparece como organização desvinculada das forças armadas e com a função de manter a ordem pública e a segurança das pessoas (HIPÓLITO; TASCA, 2012).

Durante sua evolução o ato de policiar foi influenciado por diversas ideologias de polícia, dentre as quais se podem destacar: Ideologia Militarista, Ideologia de Controle Social, Ideologia Reativa e Ideologia Preventiva.

Baseado nas ideologias de polícia, nas condições de seus Estados e em suas culturas os países desenvolveram diversos modelos de polícia, cada um com suas características: Modelo anglo-saxão de polícia (Descentralizado), Modelo Francês (Maréchaussée – Militar), Modelo Português (Influenciado pelo Francês) e o Modelo Oriental (Proativo).

O modelo oriental é o único baseado na Ideologia Preventiva, ou seja;

“na escola oriental o trabalho das agências de preservação da ordem pública é centrado no tratamento proativo do crime, agindo sobre os elementos que possibilitam a prática do crime,

quais sejam: um ambiente apropriado para a prática do crime, um agente disposto a praticar tal crime e uma vítima em potencial”. (MARCINEIRO, 2005, p. 39)

O Brasil, devido ao fato de ter sido colônia portuguesa, iniciou sua polícia na Ideologia Militarista com um modelo herdado dos franceses. Contudo ao logo da sua evolução todos os modelos de polícia apresentados anteriormente influenciaram a polícia brasileira, cada qual com mais ou menos intensidade em diferentes períodos da história do país.

Todavia estes modelos não se mostraram eficientes para resolver o crescente problema do crime e da violência que apresenta índices cada vez mais elevados, contando com criminosos cada vez mais cruéis, atuantes e impunes.

Diante do aumento contínuo do crime e da violência, e impulsionado pelo medo oriundo da diminuição da sensação de segurança, muitos pedem por uma polícia mais rigorosa que prenda mais e se necessário até mesmo execute criminosos, atribuindo a “responsabilidade” às polícias exclusivamente, em especial em situações pontuais de crime e violência.

A simples prisão daqueles que comentem um fato típico e antijurídico não tem se apresentado como a panaceia para a segurança pública. Antes o contrário, uma vez mergulhando no sistema prisional o condenado, quase sempre, é cooptado por umas das facções criminosas que atuam nas casas de detenção e fica comprometido com a organização criminosa que lhe deu suporte durante sua pena e acabam aprisionados num ciclo de crimes e penas. Como consequência, temos, atualmente, um altíssimo número de presos reincidentes.

Deve-se observar os problemas da segurança pública com uma visão mais ampla, onde todos são corresponsáveis.

Soma-se ao aumento do crime e da violência as mudanças democráticas estabelecidas com a Constituição Federal de 1988, que exigiu das polícias uma nova postura e uma ruptura com os antigos paradigmas da segurança pública.

A busca por respostas ao problema do crime e da violência, bem como a busca por adequar as polícias ao um modelo democrático, levaram as polícias do Brasil ao encontro da Filosofia de Polícia Comunitária. O Brasil segue assim o mesmo caminho que trilharam Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Espanha e outros países,

que encontraram na democratização das polícias a solução para inúmeros problemas de segurança pública.

A função da polícia dentro da Filosofia Comunitária vai muito além de defender os interesses do Estado através do controle social como modelo latino-francês, ou de patrulhar as ruas e controlar o crime atendo as chamadas de emergência e prendendo criminosos, tal qual o modelo anglo-saxão. Nela deve-se buscar a prevenção do crime, estabelecendo parcerias com a comunidade, identificando problemas e agregando recursos da polícia, Estado e comunidade na resolução destes.

O caminho democrático levou o Brasil no ano 2000, a implantar o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) que é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança do Brasil, seguido no ano de 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que alavancaram a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas à segurança.

Em Santa Catarina, bem como, em diversos outros Estados do Brasil, no enalço da participação da sociedade nos problemas de segurança, e motivados por incentivos da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), vem sendo, paulatinamente, implementada a Filosofia de Polícia Comunitária.

A principal ferramenta utilizada pelas polícias na Filosofia de Polícia Comunitária para estabelecer parceria com as comunidades e agirem juntas na solução de problemas, são os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs).

A SENASP (2007) define os CONSEGs como:

Entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação aos segmentos da segurança pública ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município. (SENASP, 2007, p. 297)

Os CONSEGs, em Santa Catarina, são o principal meio pelo qual se busca instituir uma polícia democrática e cidadã, ou seja, é a principal

ferramenta da filosofia de Polícia Comunitária. Marcineiro (2009) destaca que para alcançar os objetivos da filosofia de Polícia Comunitária é preciso que as pessoas que compõem aquela comunidade se reúnam com os policiais, seja nos CONSEGs ou em qualquer outra forma de reunir pessoas para discutir soluções para os problemas de segurança pública inerentes àquela comunidade.

Observando sua estrutura podemos afirmar que os conselhos através de seus conselheiros – cidadãos, polícia, empresas, poder legislativo, etc. – que se relacionam e se conectam, constituem uma rede social compartilhando o objetivo comum de trocar e gerar informações sobre segurança pública. Destaca-se que as redes sociais são um dos principais meios que a sociedade dispõe para o compartilhamento da informação e do conhecimento e consequente solução de problemas, valendo-se das relações existentes entre seus integrantes (MARTINS; LOTTA, 2010).

A participação social e organização em rede, na busca por melhor atender a sociedade não é uma exclusividade das polícias. O aprofundamento da democracia no Brasil tem exigido, dos órgãos e entidades públicas, a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade brasileira, com vistas à prestação de serviços públicos de melhor qualidade. No encalço de respostas, as presentes exigências, o governo federal, no ano de 2005, substituiu os Programas de Qualidade no Serviço Público e Programa de Desburocratização pelo Programa denominado GESPÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização). Este programa tem como objetivo contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do país e busca promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética o que só é possível com a formação de uma rede entre o Poder Executivo e os cidadãos brasileiros (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 2005).

As redes sociais são, sem dúvida, mecanismos poderosos com potencial para viabilizar a participação democrática do povo na administração do Estado. E os CONSEGs, enquanto rede social, teoricamente, são uma ferramenta fantástica para a efetivação da participação da comunidade nos assuntos de segurança a ela relativos. Contudo, na prática, os CONSEGs da microrregião de Araranguá (Vale do Araranguá), não desempenham seus papéis satisfatoriamente.

As entrevistas feitas com os conselheiros e coordenadores dos CONSEGS do Vale do Araranguá, levou a verificação de sérios problemas que afetam o desempenho dos conselhos:

- Baixo número de conselheiros e representatividade – Mesmo com os esforços e apelos das polícias os CONSEGS não cooptam pessoas suficientes para que os conselhos sejam órgão representativo da vontade da comunidade;

- Dificuldade de divulgar sua filosofia e ações;

- Curto ciclo de vida – Após ações voltadas para estimular as comunidades à formação dos seus conselhos, os CONSEGS nascem atuantes e participativos, contudo, aos pouco – em alguns casos rapidamente – as reuniões mensais se esvaziam e os conselhos sucumbem;

- Interesses distintos da segurança – Os conselheiros relaram que muitos se aproximam dos CONSEGS com objetivo de se autopromoverem, com o intuito de galgar vantagens pessoais;

- Descrédito – São poucos os conselheiros que ainda acreditam que os CONSEGS, são meio eficiente à Filosofia de Polícia Comunitária;

- Distanciamento das TICs – Os CONSEGS não utilizam, ou utilizam parcamente, as TICs como ferramenta auxiliadora ao cumprimento dos seus objetivos. Apenas um, dentre todos os conselhos, possui um blog, nos outros nem mesmo o e-mail era utilizado.

Tendo como base os problemas acima expostos, os questionários de pesquisa foram confeccionados. Algumas das questões visavam encontrar as causas e outras possibilitariam a sugestões de possíveis soluções. Mas antes de relarmos as considerações galgadas através das respostas dos participantes, se faz necessário ressaltar outros dois problemas que a análise dos questionários rutilou:

- Ausência de jovens – Os conselhos não contam com a participação de jovens com menos de 25 anos de idade;

- Discrepância entre os gêneros – Os participantes do sexo masculino são a maioria absoluta.

Veza que os problemas relativos aos CONSEGS estão elencados passa-se a análise dos dados, quantitativos e qualitativos, na busca de causas e soluções.

Os questionários aplicados em conselheiros e não conselheiros foram distintos. O grupo dos não conselheiros foi dividido em três subgrupos: Pedestres sem nenhum contato com a Filosofia de Polícia Comunitária; trabalhadores do comércio que participam de um projeto

embasado nesta filosofia há um ano e diretores de escolas que participam de projetos comunitários há dois anos. A divisão em grupos e subgrupos permitiu o cruzamento de dados que levou as conclusões e considerações acerca dos problemas apresentados.

Comparando o número de não conselheiros conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária e dos CONSEGS, com o número de conselheiros por faixa etária, pode-se constatar que os percentuais são praticamente os mesmos. Entre os mais jovens o percentual de não conselheiros conhecedores da filosofia beira o zero, oscila entre aqueles com idade entre 25 e 45 anos e tem seu ápice naqueles com mais de 45 anos. Inverso a esta tendência são os percentuais dos usuários de redes sociais digitais, onde os mais novos são a grande maioria em todos os grupos.

Filtrando os dados pelo gênero dos participantes as tendências anteriores permanecem, os homens não conselheiros conhecedores da filosofia e dos CONSEGS contam com percentual muito maior do que as mulheres do mesmo grupo. E a adesão às redes sociais digitais também segue sentido inverso, sendo as mulheres a maioria dos usuários destas redes.

Mesmo entre os homens com idade acima de 45 anos, que são o grupo com maior percentual de conhecedores da filosofia e dos CONSEGS, este percentual ainda é muito baixo, principalmente entre os pedestres. Os percentuais melhoram no grupo dos trabalhadores do comércio e continuam subindo no grupo dos diretores de escolas. Contudo, nem nestes últimos, que possuem dois anos de contato com a filosofia de polícia comunitária, os jovens foram alcançados. A diferença de tempo de participação em projetos de polícia comunitária mostrou-se significativa, pois os trabalhadores do comércio apresentam percentuais de conhecedores de filosofia e dos CONSEGS muito menores que os dos diretores de escolas.

Resta claro que a capacidade de cooptar conselheiros dos CONSEGS está diretamente ligada a capacidade de difundir a Filosofia de Polícia Comunitária. Além disso, as redes sociais digitais apresentam-se como um campo fértil para difundir a filosofia e divulgar as ações dos CONSEGS, principalmente àqueles que são pouco ou nada representados nos conselhos; as mulheres e os jovens com menos de 25 anos.

A utilização das redes sociais digitais demonstram grande potencial para auxiliar na solução de quatro dos problemas dos CONSEGS: Baixo número de conselheiros e representatividade;

dificuldade de divulgar sua filosofia e ações; ausência de jovens e discrepância entre os gêneros.

Porém a utilização das redes encontra severo obstáculo, figurando entre os problemas, inicialmente levantados, temos o distanciamento das TICs, para verificar suas possíveis causas foram analisadas algumas questões: O grau de instrução dos conselheiros, a possibilidade de acesso à internet e a adesão aos sites e aplicativos de redes sociais digitais pelos conselheiros.

Nenhuma das questões pesquisadas apresentou-se como causa para a não utilização das TICs pelos CONSEGS, especialmente dos sites e aplicativos de redes sociais digitais. O grau de instrução dos conselheiros é altíssimo, para os padrões brasileiros, 70% possui nível superior, sendo que 41% possui no mínimo uma especialização, ou seja, os conselheiros provavelmente não possuem problemas em compreender é utilizar as TICs. Quanto ao acesso internet e a utilização de e-mail o dados foram idênticos, 94% possuem acesso à internet e e-mail pessoal e a participação nas de redes sociais em meio digital é praticada por 88% dos conselheiros.

Entende-se, pelos dados acima, que os CONSEGS, através de seus conselheiros, estão plenamente aptos a utilização das redes sociais digitais. Contudo, os sites e aplicativos destinados a este fim são inúmeros e não seria prático participar de todos eles simultaneamente, em especialmente para os CONSEGS, pois seus conselheiros são voluntários e nada recebem pelos seus serviços. Por está razão foram pesquisados quais são os sites e aplicativos mais utilizados entres os grupos do estudo.

Em todos os grupos o Facebook e o Whatsapp são hegemônicos. Os jovens e as mulheres apresentam uma tendência a participar de mais de duas redes sociais digitais simultaneamente, mas mesmo entre eles a preferência permanece com o Facebook, com quase 100% de adesão, seguindo do Whatsapp, com quase 90% de adeptos.

Considerando o nível de instrução, possibilidade acesso à internet e participação em redes sociais dos conselheiros, pode-se afirma que eles são plenamente aptos a utilizar as redes sociais digitais como ferramenta dos CONSENGs. Considerando que o Facebook e o Whatsapp são os sites/aplicativos de redes sociais digitais com maior número de adeptos na região do Vale do Araranguá, pode-se sugerir a centralização nestes dois inicialmente. E considerando a dificuldade de manter os conselheiros ativos e participando das reuniões, pode-se sugerir que as reuniões migrem para o meio digital, ou ao menos partes delas.

Quanto ao problema do descrédito dos conselheiros não verem os CONSEGs como meio eficiente à Filosofia de Polícia Comunitária, deve-se deixar bem claro que tal descrédito não se estende a filosofia, pois todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a Filosofia de Polícia Comunitária é um grande avanço rumo à democratização, eficiência e eficácia das polícias brasileiras.

Ao final deste estudo pode-se afirmar que os métodos ortodoxos de participação social, na era do conhecimento e da vida digital, não são ferramentas adequadas à transmissão de conhecimento e participação social democrática que a demanda da criminalidade exige para soluções adequadas preventivas e duradouras. Estudos, pra a utilização das TICs como ferramentas para sanar essas demandas são necessários e urgentes, caso contrário, viveremos um discurso de democracia participativa, maquiada com a oferta de ferramentas inválidas e inviáveis para real participação social na segurança pública.

TRABALHOS FUTUROS

Como vimos a pesquisa realizada não encontrou nenhuma causa que explicasse o não uso das TICs pelos CONSEGs, muito embora a não utilização restasse comprovada.

A relação entre conhecer a Filosofia de Polícia Comunitária e participar dos CONSEGs mostrou-se significativa, contudo outros pontos necessitam de estudo. Como exemplo a diferença entre o número de participantes homens e mulheres, não se explica, isoladamente pelo fato dos homens terem o maior percentual de conhecedores da Filosofia de Polícia Comunitária. O reflexo de uma sociedade patriarcal, na qual o homem ainda é visto como o arrimo da família, deve ser estudado como uma causas significativa da baixa representação feminina nos CONSEGs.

Os meios utilizados para difundir a Filosofia de Polícia Comunitária se mostraram incapazes de alcançar os jovens com idade abaixo de 25 anos. Estudos da linguagem e meios usados pelos CONSEGs para divulgam suas e ideologia são imperiosos, pois a opinião dos jovens é importantíssima na construção democrática da segurança.

Considerando que a participação nos CONSEGs, exige um mínimo de conhecimento um estudo sobre os impactos da formação dos conselheiros por EAD e MOOCs, poderia sugerir melhorias consideráveis nesta área.

Outro ponto que merece um estudo mais aprofundado é a razão pela qual os CONSEGS se mantiveram distantes das TICs, pois a presente pesquisa deixa claro que os conselhos, por meio dos seus conselheiros, são plenamente aptos a utilizarem as TICs, contudo não o fazem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CARVALHO, Vitobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios.** Revista Katálysis, v.14, n.1 , p. 59-67, jan. 2011.

COUTINHO, Clara Pereira; JUNIOR, João Batista Bottentuit. **Blog e Wiki: Os Futuros Professores e as Ferramentas da Web 2.0.** SIIE'2007 - 14 - 16 Nov. 2007, pp. 199-204. ISBN 978-972-8969-04-2

CRUZ, Ruleandson do Carmo. **Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação – TransInformação,** Campinas, 22(3):255-272, set./dez., 2010

FERNANDES, Sílvia dos Santos. **O Conselho Comunitário de Segurança de Forquilha e a filosofia da polícia comunitária : um estudo de caso.** Florianópolis, 2011. 128 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2011

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. Superando o mito do espantalho: **uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública.** Florianópolis: Insular, 2012.

LUNARDI, Guilherme Lerch; DOLCI, Décio Bittencourt and WENDLAND, Jonatas. **Internet móvel nas organizações: fatores de adoção e impactos sobre o desempenho.** *Rev. adm. contemp.* [online]. 2013, vol.17, n.6, pp. 679-703. ISSN 1982-7849.

MARCINEIRO, Nazareno. **Implantação do gerenciamento pela qualidade total na polícia militar de Santa Catarina: um estudo de caso.** 2001. 204 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: Evoluindo para a polícia do século XXI – Florianópolis,** 2005)

MARCINEIRO, Nazareno. **Introdução ao estudo da segurança pública:** livro didático - 3. ed. rev. e atual. - Palhoça: Unisul Virtual, 2005.

_____. **Polícia Comunitária: Construindo segurança nas comunidades – Florianópolis,** 2009)

MARTINS, Rafael D'Almeida and LOTTA, Gabriela Spanghero. **Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação:** o caso de Icapuí-CE. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2010, vol.18, n.69, pp. 843-860. ISSN 0104-4036.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação.** *Ci. Inf.*[online]. 2001, vol.30, n.1, pp. 71-81. ISSN 0100-1965.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policciamento comunitário e prevenção do crime:** a visão dos coronéis da Polícia Militar. São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.1, pp. 103-110. ISSN 0102-8839.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Redes sociais, mobilização e segurança pública:** Evolução da rede de atores da segurança pública no processo preparatório da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça – Ano I. Brasília, DF, 2009.

PRIMO, **O que há de social nas mídias sociais?** Reflexões a partir da teoria Ator-Rede. In: Contemporanea | comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012 – p. 618-641

RAUEN, F. J.(2002). **Roteiros de investigação científica**.Tubarão: Editora Unisul.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura) 191 p.

SANTA CATARINA. **Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança**. 2001. Disponível em: <<http://notes1.pm.sc.gov.br/aplicacoes/policiacomunitaria.nsf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SANTA CATARINA. Decreto nº 2.136, de 12 de março de 2001. **Autoriza criação de Conselhos Comunitários de Segurança e dá outras providências**.

SENASP; **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária** / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 – Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública: 2007.

SOUSA, Máira de Cássia Evangelista de. **A dinâmica da notícia nas redes sociais na internet** – Dissertação de Mestrado UFSC – Orientadora Dr^a. Raquel Ritter Longhi, Florianópolis, 2013.

SOUZA, Márcio Vieira de; SIMON, Rangel Machado. **Redes Sociais e MOOCs: análise de mídias para uma educação em rede** – XI Congresso Brasileiro de Ensino a Distância 2014 Florianópolis/SC, 05 – 08 de agosto de 2014 – UNIREDE: p. 313-327.

TOMAEL, Maria Inês; ALCARA, Adriana Rosecler and DI CHIARA, Ivone Guerreiro. **Das redes sociais à inovação**. *Ci. Inf.*[online]. 2005, vol.34, n.2, pp. 93-104. ISSN 0100-1965

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WEBER, Carolina Teixeira. **Formatos hipermediáticos e redes sociais: apropriações em três webjornais de referência** – Dissertação de Mestrado UFSC – Orientadora Dr^a. Raquel Ritter Longhi, Florianópolis, 2011.

<https://www.facebook.com/FacebookBrasil?brand_redir=20531316728>; Acesso em: 23 jan. 2015

<http://portal.bu.ufsc.br/>; Acesso em: 02 nov. 2014.

<<https://scholar.google.com.br/>>; Acesso em: 02 nov. 2014.

Scientific Electronic Library em <<http://www.scielo.org/php/index.php>>; Acesso em: 02 nov. 2014.

<http://blogs.estadao.com.br/link/facebook-chega-a-135-bilhao-de-usuarios-no-mundo/> Acesso em: 21 dez. 2014

<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/tecnologia/2014/02/03/facebook-em-numeros.htm> Acesso em: 21 dez. 2014

<http://revistaepoca.globo.com/Ciencia-e-tecnologia/noticia/2013/04/tempo-gasto-por-brasileiros-com-o-facebook-dobra-em-um-ano.html>> Acesso em: 21 dez. 2014